UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS CARAZINHO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MÔNICA FARIAS DE LIMA

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO CAUSADO AOS CONTADORES DE CARAZINHO APÓS A EFD-CONTRIBUIÇÕES

CARAZINHO
2013

MÔNICA FARIAS DE LIMA

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO CAUSADO AOS CONTADORES DE CARAZINHO APÓS A EFD-CONTRIBUIÇÕES

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Carazinho, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Jorge Alberto Grubel Bandeira

CARAZINHO

2013

MÔNICA FARIAS DE LIMA

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO CAUSADO AOS CONTADORES DE CARAZINHO APÓS A EFD-CONTRIBUIÇÕES

Trabalho de Conclusão aprovado em ___ de _____ de _____, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Carazinho, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Jorge Alberto Grubel Bandeira
UPF – Orientador

Prof.
UPF

Prof.
UPF

CARAZINHO

2013

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos, primeiramente a Deus, que está comigo em todos os momentos, me proporcionando saúde, paz e força de vontade pra sempre seguir em frente.

A minha irmã Sueli, que foi quem deu comigo os primeiros passos para que eu chegasse até aqui, sempre me incentivando e servido de exemplo de força e perseverança.

A toda minha família, principalmente meu marido Isaque e meu filho Jéferson, que abriram mão do auxílio de mãe e mulher, para que eu pudesse alcançar esse objetivo e compartilharam comigo os momentos tensos e alegres que essa fase me proporcionou.

A Servitec, que abriu as portas para que eu pudesse desenvolver os conhecimentos que estava adquirindo, também a toda equipe de amigos que trabalham comigo, com certeza o que aprendi e aprendo com vocês é essencial.

A todos os professores, que se dedicaram em repassar seu conhecimento, servindo de espelhos para que futuramente possamos ser tão bons profissionais quanto eles.

Enfim, a todos que me apoiaram, me deram forças ou me criticaram, mas que acreditaram que eu chegaria até aqui.

RESUMO

LIMA, Mônica Farias de. **Um Estudo Sobre o Impacto Causado aos Contadores de Carazinho Após a EFD-Contribuições**, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2013.

O Brasil está vivendo uma era de mudanças e entre elas destaca-se a implantação do Projeto SPED, que busca aumentar a presença fiscal nas organizações e visa diminuir significativamente a sonegação. O Projeto SPED, apresenta uma exigência fiscal maior, por parte dos empresários e principalmente dos contadores. O subprojeto do SPED, denominado EFD-Contribuições, que já era obrigatório às empresas de lucro real, tornou-se a partir de 2013, obrigatório também às empresas de lucro presumido. Nesse contexto, esse estudo procurou principalmente identificar os impactos positivos e negativos, causados por essa obrigatoriedade aos contadores de Carazinho/RS. A metodologia aplicada no trabalho foi de uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa e para que o objetivo fosse alcançado, foi realizada uma pesquisa de estudo campo, através de questionamentos a dezoito contadores do município, com a finalidade de identificar os impactos causados aos contadores após a obrigatoriedade da EFD-Contribuições. Conclui-se com esse estudo, que as organizações estão buscando adequação, procurando aperfeiçoar os conhecimentos e a maneira com que desenvolvem as atividades dentro das empresas. Quanto aos contadores, enxergam um aumento das obrigações e a necessidade de buscar atualização constante, frente a isso, não reconhecem terem obtido valorização de acordo com o aumento das responsabilidades, mas como os subprojetos do SPED, tendem se estender a mais empresas, acreditam que a valorização profissional e material está próxima.

Palavras-chave: SPED. EFD-Contribuições. Profissionais Contábeis. Impactos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Subprojetos do SPED 20
Quadro 2 – Prazo para apresentação dos Livros Digitais 21
Quadro 3 – Obrigatoriedade da EFD-Contribuições 31
Quadro 4 – Mudanças dos empresários identificadas por contadores 44
Quadro 5 – Mudanças na forma de trabalho 46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de experiência na área contábil 41
Gráfico 2 – Local de atuação 42
Gráfico 3 – Quantidade de clientes obrigados à entrega da EFD-Contribuições 42
Gráfico 4 – Profissionais que entregaram a contabilidade 43
Gráfico 5 – Mudanças no comportamento empresarial 44
Gráfico 6 – Mudanças na forma de trabalho 46
Gráfico 7 – Contadores que investiram em um novo sistema 48
Gráfico 8 – Investimento em cursos de capacitação 49
Gráfico 9 – Aumento da capacitação dos colaboradores que atuam na área fiscal 51
Gráfico 10 – Investimento em um sistema apropriado 52
Gráfico 11 – Oferecer dados necessários 53
Gráfico 12 – Contratação de colaboradores capacitados 54
Gráfico 13 – Responsabilidade sobre as escriturações 55
Gráfico 14 – Escriturações enviadas em branco 56
Gráfico 15 – Temem serem responsabilizados pelo erro de clientes ou superiores 57
Gráfico 16 – É correto os contadores serem responsabilizados? 58
Gráfico 17 – Destinação de tempo para conhecimento da EFD-Contribuições 59
Gráfico 18 – Atitudes para melhor conhecimento da EFD-Contribuições 59
Gráfico 19 – Tiveram maior valorização profissional 61
Gráfico 20 – Acreditam que a valorização profissional e financeira pode aumentar 62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 09
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO 09
1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA 10
1.3 OBJETIVOS 11
1.3.1 Objetivo Geral 11
1.3.2 Objetivos Específicos 12
2 REFERENCIAL TEÓRICO 13
2.1 CONTABILIDADE 13
2.1.1 Conceito 13
2.2.1 Profissional Contábil 14
2.1.3 Valorização do Profissional Contábil 15
2.2 SPED 16
2.2.1 Definição e Histórico 16
2.2.2 Objetivos e Benefícios do SPED 18
2.2.3 Os Subprojetos do SPED 20
2.2.3.1 SPED Contábil 20
2.2.3.2 SPED Fiscal 22
2.2.3.3 EFD-Contribuições 23
2.2.3.4 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e 23
2.2.3.5 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e 25
2.2.3.6Nota Fiscal Eletrônica de Serviço – NFS-e 26
2.2.3.7FCONT 26
2.2.3.8EFD-IRPJ 27
2.2.3.9EFD-Social 28
2.2.4 Certificado Digital 28
2.3 EFD-CONTRIBUIÇÕES 30
2.3.1 Conceito 30
2.3.2 Transmissão e Obrigatoriedade 31
2.3.3 Programa Validador e Assinador 32
2.3.4 Apresentação do Arquivo 33
2.3.5 Multas pelo Atraso na Entrega da EFD-Contribuições 33
3 METODOLOGIA 35
3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA 35
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA 37
3.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS 37
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 38
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO 38
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 40

4.1 PERFIL DA AMOSTRA 40
4.2 QUANTO AOS EMPRESÁRIOS 43
4.3 QUANTO AOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS 45
4.3.1 Mudanças na Forma de Trabalho 46
4.3.2 O Contador e sua Relação com a Empresa 52
4.3.3 O Conhecimento e a Interpretação da EFD-Contribuições 58
4.3.4 Valorização Profissional 61
4.4 IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CONTADORES DE CARAZINHO 63
4.4.1 Impactos Positivos 64
4.4.1.1As Empresas Mudaram seu Comportamento 64
4.4.1.2 Mudança na Forma de Trabalho 64
4.4.1.3 Cursos de Capacitação 64
4.4.1.4 Maior Possibilidade de Importação de Dados 65
4.4.1.5 Maior Controle de Procedimentos Internos 65
4.4.1.6 Aumento da Valorização Futura 66
4.4.1.7 Nenhuma Empresa Alterou sua Forma de Tributação 67
4.4.2 Impactos Negativos 68
4.4.2.1 Entregar a Contabilidade de Algumas Empresas 68
4.4.2.2 Mudança na Forma de Trabalho 68
4.4.2.3 Limitações por Parte dos Empresários 68
4.4.2.4 Aumento da Probabilidade de Multas 69
4.4.2.5 Aumento do Trabalho do Contador 69
4.4.2.6 Maior Carga Tributária 70
4.4.2.7 Aumento da Responsabilidade do Contador 70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 71
REFERÊNCIAS 73
APÊNDICE 77
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PESQUISA EFD-CONTRIBUIÇÕES 78

1 INTRODUÇÃO

Por perceber a importância das mudanças que estão ocorrendo na atualidade, é necessário que se vá em busca de conhecimento e entendimento das mesmas, dessa forma será possível alcançar um desenvolvimento maior.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No cenário de desenvolvimento que nos encontramos, a tecnologia faz parte de todos os processos aplicados, permitindo o aumento da captação, processamento, transmissão e armazenamento de dados.

Quando aplicada, a tecnologia permite a empresa, o conhecimento dos processos e dos resultados econômicos de uma forma rápida e eficiente. Já o interesse do governo, vem usando dessa tecnologia, com interesse tributário, procurando manter-se o mais próximo possível das operações efetuadas pelos contribuintes.

O governo, buscando uma unificação de informações, com maior velocidade e precisão dos fatos, instituiu-se em 2007, o Projeto SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), o decreto de 2007, foi alterado recentemente pelo Decreto n° 7.979, de 08 de abril de 2013, incluindo em seu contexto as sociedades imunes ou isentas.

O SPED objetiva uma fiscalização mais ágil, pois tem a capacidade do cruzamento de dados e uma rapidez maior para fazer uma correlação entre eles. O governo também espera uma diminuição nos ilícitos tributários, já que os contribuintes estarão enviando todos os dados de suas operações, tornando uma sonegação bem mais fácil de ser identificada.

De uma mesma forma, com o aumento das exigências governamentais, tem-se aumentado o nível de preocupação por parte dos contadores, que precisam ir em busca das informações necessárias para o acompanhamento das mudanças propostas.

E não é somente isso, também é preciso fazer com que os empresários, seus clientes, possam entender as mudanças que estão acontecendo, o profissional passa a trabalhar junto com a empresa, dando uma assistência mais ampla.

Em termos gerais, o trabalho para o contador, não se torna reduzido com a modernização trazida pelo SPED, se torna sim, mais diversificada, pois não basta somente saber fazer contabilidade, é preciso manter-se atualizado e manter um relacionamento saudável com seus clientes.

Para as empresas a mudança não é menos preocupante, pois terão de gerar informações mais precisas, essas serão afetadas de forma direta, pois o interesse do governo está em diminuir a evasão tributária. Com informações chegando ao fisco de uma maneira muito mais rápida, não será difícil identificar possíveis tentativas de fraude.

Duarte (2009, p.28), relata que pela maneira instantânea que as informações chegam ao fisco, é possível ser classificado como Big Brother Fiscal, onde um conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras, obtém informações sobre todas as operações empresariais em formato eletrônico. Uma vigilância em tempo real por parte do fisco.

Com tudo isso o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é considerado, se não o maior, um dos maiores projetos de gestão da informação fiscal em funcionamento no mundo moderno. (CRCRS, 2011, p.11).

É preciso estar preparado, acreditar que as mudanças estão acontecendo agora, não se pode mais esperar. Quanto mais tardio for para buscar adequação no sistema que se coloca agora, maior serão os impactos sofridos.

1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

A EFD-Contribuições é um dos subprojetos do SPED, que tem uma abrangência mais ampla no sentido de segmentação de informações, dessa forma, apresenta um maior grau de exigência para sua validação, geração e entrega. A EFD-Contribuições atinge um número maior de empresas, pois além de incidirem sobre os produtos e bens comerciais, incidem também sobre os serviços.

Tendo em vista que cada vez mais as informações tornam-se mais específicas e chegam com maior rapidez e precisão as administrações tributárias, torna-se necessário identificar as principais dificuldades encontradas por contribuintes e contadores.

Esse estudo busca identificar tais dificuldades, através de uma pesquisa aplicada junto a contadores internos e externos.

Até o final de 2012, apenas empresas de lucro real eram obrigadas a entregar a EFD-Contribuições, a partir de 2013, tornou-se obrigatório também para as empresas de lucro presumido, mudando o cenário de muitas empresas, até mesmo de algumas que no início do Projeto SPED haviam trocado seu regime de tributação.

Com isso, conseguimos então identificar , que não se pode fugir das mudanças que estão ocorrendo, é preciso desenvolver o conhecimento dos processos, pois o projeto SPED, não é passageiro, ele se fixou e está se desenvolvendo cada vez mais, é possível acreditar que alcançará todas as classes empresariais.

O conhecimento do Projeto SPED também se torna necessário para a classe acadêmica, pois serão esses que se tornarão os profissionais que estarão fazendo o elo de ligação entre a empresa e o governo.

Abrangendo os contadores, de uma maneira mais específica, que muitas vezes se deparam com uma dificuldade de procedimentos a serem tomados, o esclarecimento de dúvidas ou a resistência dos clientes às mudanças que são necessárias.

Por esses motivos o presente trabalho vai buscar responder: **Quais os impactos percebidos pelos contadores de Carazinho com a obrigatoriedade de entrega da EFD-Contribuições pelas empresas do lucro real e presumido?**

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos do trabalho serão destacados nos itens a seguir, sendo separados em: objetivo geral e objetivos específicos.

1.3.**1 Objetivo Geral**

Identificar os impactos percebidos pelos contadores de Carazinho com a obrigatoriedade de entrega da EFD-Contribuições pelas empresas do lucro real e presumido.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Discorrer sobre o projeto SPED e seus subprojetos, e qual visão dos profissionais contábeis em relação as mudanças após o projeto;

b) Avaliar o comportamento e adequações dos profissionais contábeis em relação ao cumprimento das exigências da EFD-Contribuições;

c) Mensurar as principais dificuldades encontradas pelos profissionais contábeis;

d) Apurar se com tantas mudanças, os profissionais estão conseguindo se sentir mais valorizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é necessária para todas as empresas e a profissão de contador vem se modificando ao longo do tempo, com as mudanças no cenário fiscal, contador e contabilidade se tornam cada vez mais necessários.

2.1.1 Conceito

A contabilidade é compreendida como uma das práticas mais antigas a ser adotada pela humanidade, onde os homens já buscavam maneiras de contar, analisar e registrar seu patrimônio.

O conceito de Sá (2010, p.46), define que "Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais."

De uma maneira mais voltada a atualidade, Marion (2009, p.28) define contabilidade como sendo um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. No passar do tempo o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas.

Marion (2009, p.28) conclui seu pensamento relatando que "Uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola, totalmente à deriva."

Diante de tantas mudanças que estão ocorrendo, a contabilidade não se contrai em somente registrar as movimentações, assume a responsabilidade de orientar e auxiliar as organizações.

2.1.2 Profissional Contábil

O profissional contábil é o que detém as informações das entidades em primeira mão, tendo como função a intermediação entre a empresa e os órgãos governamentais.

Mas não basta somente isso, se antes o profissional após concluir sua graduação, sabia que exerceria sua profissão e teria uma vantagem competitiva no mercado de trabalho, agora, necessita ter características multiprofissionais e estar preparado para a quebra de paradigmas, mudar a forma de agir e interpretar as informações disponíveis. (KOUNROUZAN, 2013).

Em um mesmo segmento de raciocínio, Limirio (2013) expressa que a área contábil está diante de uma nova fase, onde a fase mecânica cedeu lugar a fase técnica que está cedendo lugar a fase da informação. Os profissionais contábeis são necessários aos serviços ligados a produção (engenharia, design...), aos serviços ligados a distribuição (comércio), aos serviços sociais (educação, saúde, segurança), entre outros.

> A função profissional do contabilista é ter uma visão contábil ampla, é ser criativo propondo soluções rápidas, já que os clientes esperam que o técnico em contabilidade seja capaz de orientá-los sobre o melhor procedimento a tomar em situações conflitantes ou que indique caminhos que melhorem a capacidade produtiva da empresa, ou ainda, que ajude a aumentar a lucratividade do negócio. É não ser sócio no erro do cliente, o contabilista precisa ser ético. Precisa ter flexibilidade para adaptar as mudanças que ocorrem com o mercado. Precisa ter liderança, gestão, tomando decisões e assumindo riscos. E ainda ter conhecimentos gerais com as áreas correlacionadas. (BOTELHO, 2003).

O profissional no desenvolvimento de suas funções, aplica conhecimentos específicos da contabilidade, da tecnologia e ainda tem de apelar aos conhecimentos de disciplinas correlatas, como Administração, Economia, Direito, entre outras.(SÁ, 2010, p.47).

Duarte (2009, p.148), complementa que surge assim, um novo perfil de profissional, onde as habilidades relacionadas com a tecnologia da informação e de análise, e seu modo de comunicação interpessoal, são imprescindíveis para o seu sucesso.

O profissional contábil, entra dessa forma em uma nova era, mais inovadora, mais dinâmica, mais atualizada e mais exigente.

2.1.3 Valorização do Profissional Contábil

Com o aumento das exigências por parte do governo, os profissionais estão sendo cada vez mais exigidos, tendo de ir em busca de informações e atualizações, que não podem esperar. Sua responsabilidade também aumentou, segundo o Novo Código Civil.

Em relação ao Projeto SPED Sasso, Rosa e Barbosa (2011), relatam que a atualização do profissional contábil em função do SPED não se trata apenas em observar os parâmetros e cumprir prazos de entrega, a qualidade das informações prestadas é o mais importante, tem como grande desafio sobreviver ao Sistema Tributário Nacional, inconstante e não padronizado.

O contabilista tem conhecimento que o trabalho realizado pelo escritório contábil implica em assumir responsabilidades pelas informações fornecidas ao fisco. É fundamental, então, que se tenha uma delimitação das obrigações de ambas as partes, cliente e escritório, havendo um contrato de prestação de serviços que resguarde ambos de problemas futuros. (OLIVEIRA, 2011, p. 217).

Ademais, ressalte-se que

> A Contabilidade tem um papel de destaque nas empresas, uma vez que ao tratar os fatos patrimoniais, transformando-os em informações, exercita sua principal função. Porém, o Contador não pode ficar limitado ao desempenho da função de informante. Deve, pelo contrário, estar preparado para a participação na tomada de decisões, visando identificar e corrigir as dificuldades e adversidades que surgem ao longo do caminho, através de ações pró-ativas, baseadas nas informações geradas pela Contabilidade. (KOUNROUZAN, 2003)

Segundo Oliveira (2011, p.6-7), uma das maiores reclamações do contabilista está na dificuldade de conseguir conscientizar os clientes das mudanças que estão acontecendo, fazer com que entendam que não somente os escritórios terão de mudar, mas a empresa, pois a responsabilidade do contador aumentou após a edição do Novo Código Civil.

Muitas empresas acabam usando o escritório para serviços que não são de sua alçada e o contador fica com vergonha de cobrar do cliente. Considera dessa forma um absurdo que o contador tenha que ir na empresa dar assistência em uma função que não é sua e não cobrar nada por isso. (OLIVEIRA, 2011, p.54).

Para Oliveira (2011, p.56), “Melhor ter menos clientes pagando um preço justo do que grande volume de empresas pagando pouco e gerando uma quantidade gigantesca de

trabalho.” E completa ainda: “O contabilista precisa oferecer qualidade a preço justo a seus clientes. E se cliente não quer qualidade então não merece ser seu cliente.”

Com tantas mudanças e aumento de responsabilidades, Silva (2013), descreve que uma das maiores lutas da classe contábil, é pela valorização, principalmente na busca de uma remuneração justa, que recompense todo o esforço aplicado na sua formação e que permita aos profissionais oferecer condições dignas aos seus familiares.

No Portal da Classe Contábil, Júnior (2011), discorda dessa opinião e vê a contabilidade como a profissão do futuro. Relata que o mercado de trabalho para a profissão contábil é bem diversificado e que, em tempos de mudanças na economia mundial e nacional, a profissão se torna ainda mais valorizada, visto que todas as empresas precisam de um contador desde o momento de sua constituição. Destaca ainda, a valorização da economia brasileira, onde empresas de fora estão vendo a possibilidade de investir no Brasil, os mesmos exigem ver os reais resultados de seus investimentos e os contadores que estão preparados no mercado recebem grandes ofertas de emprego.

Então, o profissional contábil deve estar sempre buscando atualização no mercado, estar preparado e preparar seus clientes para as mudanças, dessa forma, presta um serviço de boa qualidade , alcançando uma remuneração justa pelo serviço prestado.

2.2 SPED

Ao longo dos últimos anos, o SPED tem sido um dos assuntos mais debatidos, por sua complexidade e pela capacidade de cruzar informações. Para que se entenda melhor, é importante também o conhecimento de seus subprojetos e a finalidade com que os mesmos foram criados. A implantação do SPED fez com que os contadores e as empresas buscassem sistemas mais eficientes, profissionais mais capacitados e atualizados.

2.2.1 Definição e histórico

O SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), está voltado para uma unificação de atividades, onde as informações tem um cruzamento direto. No discorrer deste item, será abordado seu conceito e histórico.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Poder Executivo da União através do Decreto n° 6.022, de 22 de janeiro de 2007, sendo esse recentemente alterado pelo Decreto n° 7.979, de 08 de abril de 2013, definindo-o como instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (SPED...2013).

Anteriormente a instituição do Projeto SPED, para que o mesmo fosse válido, houve a alteração na legislação do país, assim, através da Emenda Constitucional n° 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atuarem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais. (SPED... 2013).

Para atender ao disposto na lei foi realizado, em julho de 2004, em Salvador, o I Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), reunindo o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e o representante das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais. (DUARTE, 2011).

No encontro, foram aprovados dois protocolos de Cooperação Técnica, um objetivando a construção de um cadastro sincronizado que atendesse aos interesses das administrações tributárias, e outro para viabilizar o desenvolvimento de métodos e instrumentos atendendo aos interesses das respectivas administrações tributárias. (DUARTE, 2011).

Em agosto de 2005, durante o II ENAT, foram assinados os Protocolos de Cooperação n°s 02 e 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica. (DUARTE, 2011).

No âmbito da Receita Federal, o SPED faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística adequados. (DUARTE, 2011).

Para Nasajon e Santos (apud Sasso, Rosa e Barbosa, 2010, p.5), o SPED é um avanço tecnológico que pouco a pouco atingirá quase todas as empresas do país e cujas exigências e procedimentos afetam significativamente a operação dessas organizações.

Em 22 de janeiro de 2007, a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC), no tópico referente ao Aperfeiçoamento do Sistema Tributário. (DUARTE, 2011).

Dessa maneira, constitui-se o SPED, um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes que, de modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se de certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (SPED... 2013).

Brasil Júnior (2011, p.12), relata que a desburocratização dos procedimentos fiscais é aspiração antiga e desejada, diminuindo a necessidade de espaço para arquivamento, analisa o domicílio eletrônico como capaz de reduzir custos e tempo de todos, dos empresários e do próprio fisco.

O Projeto SPED veio para modernizar os sistemas, principalmente o sistema de arrecadação, pois o mesmo tem o conhecimento dos fatos de uma forma real e íntegra.

2.2.2 Objetivos e Benefícios do SPED

O SPED tem como principais objetivos (SPED, 2013), entre outros, os seguintes:

> • Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
> • Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
> • Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O projeto SPED além de modernizar os processos, integrando municípios, Estados, Distrito Federal e União, possibilita a troca de informações entre os fiscos. (DUARTE, 2009 p.30).

Capaz de cruzar uma quantidade elevada de dados e fazer correlação entre eles, o programa teve como proposta inicial auxiliar os fiscais da Receita a serem mais precisos no combate à sonegação. (DUARTE, 2011 p.65).

Mas esse projeto também visa benefícios que são identificados por Young (2009, p.17-18) da seguinte maneira:

> - Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
> - Eliminação do papel;
> - Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
> - Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
> - Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
> - Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
> - Simplificação e agilidade nos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação;
> - Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
> - Rapidez no acesso às informações;
> - Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta de arquivos;
> - Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
> - Redução de custos administrativos;
> - Melhoria da qualidade da informação;
> - Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
> - Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
> - Redução do "Custo Brasil";
> - Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
> - Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Esses benefícios não ocorrerão em um primeiro momento, visto que o contribuinte estará passando por uma mudança de cultura. Quando da implantação total deste sistema as obrigações acessórias tendem a diminuir, também não será mais necessário elaborar vários demonstrativos diferentes, esses contendo mesmas informações base para órgãos distintos só para atender às exigências internas. (YOUNG, 2009).

Entre seus objetivos observa-se um interesse em padronizar e tornar mais ágil e precisa a geração de informações, mas o mesmo também proporciona benefícios, os quais serão notados de uma melhor forma com o passar do tempo.

2.2.3 Os subprojetos do SPED

O SPED é composto por grandes subprojetos (SPED, 2013), são eles:

Subprojetos	Definição
Sped Contábil	Parte integrante do Projeto Sped vem para que a escrituração entregue em papel seja substituída pela entrega em arquivo digital.
Sped Fiscal	É um conjunto de informações fiscais de interesse dos fiscos
EFD-Contribuições	Utilizado pelas pessoas jurídicas, para fins de informação referentes ao PIS/Pasep e a Cofins.
Nota Fiscal Eletrônica – NF-e	Documento fiscal que permite ao fisco a movimentação das instituições no momento em que elas acontecem.
Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e	Documento fiscal emitido para documentar a prestação de serviço de transporte.
Nota Fiscal de Serviços – NFS-e	Documenta as operações de prestação de serviços.
FCONT	Escrituração de ajuste das contas patrimoniais, de acordo com os critérios contábeis vigentes.
SPED-IRPJ	Escrituração que trata do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica
EFD-Social	Tem como objetivo abranger a escrituração da folha de pagamento e, em uma segunda fase, o Livro Registro de Empregados.

Quadro 1. Subprojetos do SPED
Fonte: Receita Federal – Sítio SPED 2013

Nos próximos itens serão descritos com mais detalhamento cada um dos subprojetos apresentados acima.

2.2.3.1 SPED Contábil

O SPED Contábil é tido como um dos subprojetos mais importantes do SPED, nesse item será definido o que é e como é feita sua validação e transmissão.

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, correspondente à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros: I – Livro Diário e seus auxiliares, se houver; II – Livro Razão e seus auxiliares, se houver; III – Livro

Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. (SPED...2013).

A partir do ano de 2009, tornou-se obrigatória a entrega do SPED Contábil a todas as sociedades tributadas pelo lucro real. A empresa gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único à instrução Normativa nº 787/07, este arquivo é submetido ao Programa Validador e Assinador (PVA). Após o processo de validação e assinatura, é feita a transmissão. Concluída a transmissão, será fornecido um recibo, que contém informações importantes para a prática de atos posteriores. (SPED...2013).

Para Duarte (2009, p.19), "a Escrituração Contábil Digital (ECD) é o pilar contábil do SPED. Simplificadamente, podemos entender a ECD como a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital."

O SPED Contábil detalha todo o processo de apuração do IRPJ em arquivo digital, tornando os contribuintes mais expostos à auditoria fiscal eletrônica, segundo Duarte (2011, p.330-331) é imprescindível:

> - O registro dos fatos contábeis com unicidade e clareza;
> - Relacionamento criterioso e detalhado entre o plano de contas da empresa e o referencial da receita;
> - Avaliação da necessidade de uso de centros de custo na contabilidade com objetivo de detalhamento de valores com enfoque fiscal.

Young (2009, p.25), informa que a ECD deverá ser transmitida ao SPED, sendo considerada válida somente após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro, como as juntas comerciais, por exemplo. Salienta que, mesmo transmitindo o arquivo para o ambiente SPED, a responsabilidade da guarda e manutenção destas informações continua a encargo do contribuinte, que deverá manter também a confirmação do recebimento e os demais arquivos relacionados à sua remessa.

Conforme o Manual de Orientação do Leiaute da ECD (2013), o prazo de entrega da ECD será da seguinte maneira:

Período de Escrituração	Prazo de Entrega
Situação Normal	Último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.
Situação especial ocorrida de janeiro a maio do ano da entrega da ECD para situações normais (extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação)	Último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.
Situação especial de junho a dezembro do ano da entrega da ECD para situações normais (extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação)	Último dia útil do mês seguinte ao do evento

Quadro 2. Prazo para apresentação dos Livros Digitais
Fonte: Manual de Orientação do Leiaute da ECD 2013

Mesmo se tratando de um arquivo digital, feito para modernizar e facilitar a geração e transmissão, exige dos contribuintes, a prestação de informações com mais precisão.

2.2.3.2 SPED Fiscal

O SPED Fiscal é um dos subprojetos com detalhamentos que visam a garantia de uma arrecadação estadual mais precisa.

A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. (SPED...2013).

A partir de sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido em Ato COTEPE, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. (SPED...2013).

A partir desse conceito básico, Young (2009, p.150) lembra que a EFD somente terá validade, para efeitos fiscais, após a confirmação de recebimento do arquivo que a contenha. Portanto, não basta que seja realizada a escrituração: são necessários o envio e a confirmação do seu recebimento para que a EFD se torne válida.

Quanto a retificação da EFD, Brasil Júnior (2011, p.27), nos coloca que não é possível a emissão de um arquivo complementar, somente um arquivo que substitua integralmente o arquivo original.

A EFD, entre os outros subprojetos tem um número expressivo de informações, pois nela estarão escriturados todos os documentos fiscais de entrada, saída e serviços, além da apuração de ICMS e IPI.

2.2.3.3 EFD-Contribuições

Trata-se da escrituração com uma abrangência mais detalhada dentro deste estudo, pois o mesmo busca saber quais os impactos causados por ela.

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade. (SPED...2013).

Com o advento da Lei nº 12.546/2011, arts. 7º e 8º), a EFD-Contribuições passou a contemplar também a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, incidente nos setores de serviços e indústrias, no auferimento de receitas referentes aos serviços e produtos nela relacionados. O arquivo da EFD-Contribuições deverá ser validado, assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED. (SPED...2013).

Oliveira (2011, p.105), lembra que as regras e os critérios de compensação de créditos e tributos do Pis/Cofins, bem como as retenções não sofreram modificações com a criação do EFD-Contribuições.

No discorrer do trabalho serão demonstrados mais detalhes sobre a EFD-Contribuições.

2.2.3.4 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e

Esse documento visa uma modernização, não só isso, é uma prática mais fácil e eficaz, tanto para as organizações quanto para os estados.

O Projeto NF-e tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco. (Nf-e...2013).

Atualmente, as Administrações Tributárias despendem grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes. Os volumes de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo intenso e, na mesma proporção, aumentam os custos inerentes à necessidade do Estado de detectar e prevenir a evasão tributária. (Nf-e...2013).

Assim, conforme a Nf-e (2013), o projeto justifica-se pela necessidade de investimento público voltado para integração do processo de controle fiscal, possibilitando:

- Melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições;

Fortalecimento do controle e da fiscalização.

O projeto possibilitará os seguintes benefícios e vantagens às partes envolvidas:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

Young (2009, p.196), conceitua nota fiscal eletrônica como sendo um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pelo Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador.

Duarte (2009, p.75), explica que tanto quem emite quanto quem recebe a Nf-e deve armazená-la pelo prazo legal. O arquivo eletrônico deve ser enviado de alguma forma ao destinatário e caso o mesmo não tenha condições técnicas para receber o documento eletrônico, ele poderá manter o DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) arquivado.

O destinatário da NF-e deverá ainda ao recebê-la, verificar a validade da assinatura digital, a autenticidade do arquivo digital e a concessão da autorização de uso da mesma. (BRASIL JÚNIOR, 2011).

A Nota Fiscal Eletrônica já está alcançando uma abrangência muito grande, pois apesar de ser um documento com um número elevado de informações, está se adequando muito bem entre as empresas.

2.2.3.5 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e

Com um mesmo segmento da NF-e, o Conhecimento de Transporte Eletrônico, foi desenvolvido para se ter uma maior agilidade na geração e troca de informações.

Podemos conceituar o CT-e como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte. (SPED...2013).

"Para acobertar a prestação de serviço de transporte será impressa uma representação gráfica simplificada do conhecimento de transporte eletrônico, intitulada de Dacte (Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico), [...] para faciilitar e agilizar a consulta do CT-e na internet e a respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e pelos tomadores de serviços de transporte". (YOUNG,2009, p.276).

O Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2006, de 10/11/2006, que atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto CT-e. (SPED...2013).

Com o CT-e tem se alcançado uma maior agilidade nos processos, pois o mesmo contém diversas informações, não só do remetente e destinatário, mas também da carga transportada e nota fiscal que acompanha a mesma.

2.2.3.6 Nota Fiscal Eletrônica de Serviço – NFS-e

Desenvolvida pela proposta de padronização dos sistemas, juntamente com as prefeituras.

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela Receita Federal do Brasil (RFB), pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços. Este projeto está sendo desenvolvido de forma integrada, pela RFB e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf). (SPED...2013).

Segundo o SPED (2013), esse projeto visa o benefício das administrações tributárias, de uma forma padronizada, melhora a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, proporciona ainda o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias, em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel.

A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é feita, automaticamente, por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes. Para que sua geração seja efetuada, dados que a compõem serão informados, analisados, processados, validados e, se corretos, gerarão o documento. A responsabilidade pelo cumprimento da obrigação acessória de emissão da NFS-e e pelo correto fornecimento dos dados à secretaria, para a geração da mesma, é do contribuinte. (SPED...2013).

Para Duarte (2009, p.112), é importante ressaltar que, apesar de haver protocolo de cooperação para estabelecimento de um modelo nacional, existem alguns municípios adotando soluções que estão fora do padrão estabelecido.

Infelizmente muitos municípios ainda não estão adequados a NFS-e, visto que o projeto busca maior agilidade, não somente às prefeituras, mas também aos contribuintes.

2.2.3.7 FCONT

Conforme disciplina a Instrução Normativa RFB nº 949/09, O FCONT é uma escrituração, das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007. (SPED...2013).

Ainda, conforme o SPED (2013), a empresa deverá apresentar os lançamentos da contabilidade societária que foram efetuados utilizando os novos critérios introduzidos pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei 11.941/09;

Em relação a estes mesmos lançamentos contábeis, a empresa deverá efetuar os lançamentos utilizando os métodos e critérios contábeis aplicáveis à legislação tributária;

As diferenças apuradas entre as duas metodologias comporão ajuste específico a ser efetuado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). (SPED...2013).

Para estas operações, a empresa apresentará arquivo digital em leiaute semelhante da Escrituração Contábil Digital. Este arquivo constituirá parte da entrada de dados da escrituração de controle fiscal contábil de transição - FCONT. A outra parte é a própria escrituração comercial da empresa. (SPED...2013).

2.2.3.8 EFD-IRPJ

Instituído a partir da Instrução Normativa RFB nº1.353, de 30 de abril de 2013, a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica (EFD-IRPJ), deverá ser transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira. (SPED...2013).

Será obrigatória para as pessoas jurídicas optantes pelo Regime do Lucro Real, Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado, e também para as Pessoas Jurídicas imunes e isentas. As pessoas jurídicas que apresentarem a EFD-IRPJ ficam dispensadas, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1° de janeiro de 2014, da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). (SPED...2013).

Segundo Nascimento (2013, p.84), o EFD-IRPJ consolida todos os dados constantes nos outros subprojetos do SPED.

Esse subprojeto será importante para que além de haver uma maior rapidez nas informações, ainda ocorrerá a dispensa da entrega de outras declarações até então exigidas.

2.2.3.9 EFD-Social

O projeto relacionado a escrituração da folha de pagamento é o mais recente do Projeto SPED.

O projeto encontra-se em fase de estudos na Receita Federal e nos demais entes públicos interessados, com o objetivo de abranger a escrituração da folha de pagamento e, logo adiante, o Livro Registro de Empregados. (SPED...2013).

Para Oda (apud Nascimento, 2013, p.83), esse SPED atenderá "a escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todo e qualquer vínculo trabalhista contratado no Brasil."

No segundo semestre de 2013, foi aprovado e divulgado o leiaute do EFD-Social, também chamado de eSocial, que conceitua o mesmo como um projeto do governo federal que vai coletar as informações e armazenar no Ambiente Nacional do eSocial, possibilitando aos órgãos participantes do projeto, a utilização para fins previdenciários, fiscais e de apuração de tributo e do FGTS. (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL...2013).

O projeto que estava em estudo, no segundo semestre de 2013 teve seu leiaute aprovado e divulgado, deve entrar em ambiente de produção em janeiro de 2014 e possivelmente seja efetivado em junho de 2014.

Isso significa que os empregadores terão pouco tempo para se prepararem para a entrega do eSocial, mais uma declaração a ser emitida e passível de multa.

2.2.4 Certificado Digital

Um dos grandes temores da internet, é não saber que amplitude pode chegar os arquivos que por ela circulam, o certificado digital é o meio que veio para fornecer essa segurança.

Certificado digital é um arquivo eletrônico que identifica quem é seu titular, pessoa física ou jurídica, ou seja, é um documento eletrônico de identidade. Quando são realizadas transações, de forma presencial, muitas vezes é solicitada uma identificação, por meio de um

registro que comprove a identidade. Na internet, como as transações são feitas de forma eletrônica o Certificado Digital surge como forma de garantir a identidade das partes envolvidas. (CERTIFICADO DIGITAL...2013).

Segundo a Receita Federal (2013), as transações eletrônicas e outros serviços, via Internet, estão se tornando cada vez mais comuns. Entretanto, preocupações como a privacidade e segurança podem impedir o usufruto das facilidades providas pelos serviços na Intenet. Ao utilizar a Certificação Digital, pode-se ter certeza de estar fazendo uso da mais moderna tecnologia de segurança para proteger as informações pessoais e da empresa.

A Receita Federal (2013) lembra ainda, que hoje, a Certificação Digital é considerada uma ferramenta de segurança extremamente eficaz, garantindo a integridade das informações que trafegam na Internet e identificação de sua origem e destino. A MP 2.200-2, de 24/08/2001, garante validade jurídica aos documentos assinados eletronicamente com os Certificados Digitais emitidos dentro da infraestrutura da ICP-Brasil.

A Certificação Digital, utilizada nas transações eletrônicas garante:

> - Privacidade nas transações – é a garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não serão lidas por terceiros;
> - Integridade das mensagens – é a garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não foram alteradas no caminho que percorreram;
> - Autenticidade – é a garantia da identidade da origem e destino da informação;
> - Assinatura digital – permite auferir, com segurança, a origem e a integridade de um documento eletrônico;
> - Não-repúdio – é a garantia de que somente o titular do Certificado Digital poderia ter realizado determinada operação. (RECEITA FEDERAL, 2013).

O conceito de Young (2009, p.19) referencia o certificado digital como um documento eletrônico, assinado digitalmente por uma terceira parte confiável, que associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a uma chave pública.

Complementa ainda, dizendo que o certificado digital contém os dados de seu titular, tais como: nome, e-mail, CPF, chave pública, nome e assinatura da autoridade certificadora que o emitiu, É como se fosse uma carteira de identidade virtual. (YOUNG 2009, p.19).

Duarte (2009, p.39) evidencia que uma vez identificado perante a RFB, pode-se ter acesso aos serviços eletrônicos disponíveis, tais como: declarações, pagamentos, parcelamento de débitos, entre outros.

Em época de SPED, essa ferramenta torna-se indispensável para as organizações, pois uma empresa sem certificado digital é como uma pessoa sem identidade.

2.3 EFD-CONTRIBUIÇÕES

Esse subprojeto atinge todas as empresas com apuração pelo lucro real e presumido, os empresários que ainda estavam vivendo em uma realidade fiscal arcaica, deparam-se agora com o avanço tecnológico da geração de informações, onde a fiscalização se torna mais ágil e eficiente.

2.3.1 Conceito

Com o objetivo de simplificar os processos e reduzir as obrigações acessórias impostas aos contribuintes, foi instituída a EFD-Contribuições, pela qual o contribuinte irá apresentar em forma digital, com transmissão via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins e dos créditos da não cumulatividade, bem como a apuração da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta, e outras informações de interesse econômico-fiscais. (GUIA PRÁTICO DO EFD-CONTRIBUIÇÕES, 2013).

Os documentos e operações da escrituração representativos de receitas auferidas e de aquisições, custos, despesas e encargos incorridos, serão relacionadas no arquivo da EFD-Contribuições em relação a cada estabelecimento da pessoa jurídica. A escrituração das contribuições sociais e dos créditos, bem como da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, será efetuada de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica. (SPED...2013).

O arquivo da EFD-Contribuições deverá ser validado, assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED.

2.3.2 Transmissão e Obrigatoriedade

A partir de sua base de dados, a pessoa jurídica deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, informando todos os documentos fiscais e demais operações com repercussão no campo de incidência das contribuições sociais e dos créditos da não-cumulatividade, bem como da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, referentes a cada período de apuração das respectivas contribuições. Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA EFD-Contribuições) fornecido na página do SPED e da RFB. (SPED...2013).

Poderá também a pessoa jurídica, a partir da versão 2.0.1A do PVA EFD-Contribuições, criar uma escrituração mediante a digitação de todos os dados necessários no próprio PVA, ou seja, sem a necessidade de importar arquivos. Este PVA também permite editar/excluir/adicionar as informações necessárias à escrituração de qualquer operação sujeita a incidência das referidas contribuições. (SPED...2013)

Segundo as informações do Guia Prático EFD-Contribuições (2013), ficam obrigadas a adotar a EFD-Contribuições, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, todas as pessoas jurídicas sujeitas à apuração das referidas contribuições sociais, incidentes sobre o faturamento e a receita, com base nos seguintes prazos de obrigatoriedade, definidos na Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012:

Fatos Geradores	Pessoas jurídicas obrigadas
Ocorridos a partir de 1° de janeiro de 2012	Pessoas jurídicas sujeitas à tributação o Imposto de Renda com base no Lucro Real.
Ocorridos a partir de 1° de janeiro de 2013	As demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado.
Ocorridos a partir de 1° de janeiro de 2013	As pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3° da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei n° 7.102, de 20 de junho de 1983.
Ocorridos a partir de 1° de março de 2012	As pessoas jurídicas que desenvolvam atividades relacionadas nos arts. 7° e 8° da Medida Provisória n° 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei n° 12.546, de 2011.
Ocorridos a partir de 1° de abril de 2012	As pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.
Ocorridos a partir de 1° de agosto de 2012	As pessoas jurídicas que desenvolvam as demais atividades relacionadas dos art. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011, acrescidas pela Medida Provisória nº 563, de 2012, como as atividades de hotelaria (serviços) e nos novos códigos de produtos, relacionados no Anexo da referida Lei nº 12.546/2011.

Quadro 3. Obrigatoriedade da EFD-Contribuições
Fonte: Guia Prático EFD-Contribuições 2013

ATENÇÃO:

Em relação às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, a obrigatoriedade da escrituração do PIS/Pasep e da Cofins é em relação aos fatos geradores a partir de janeiro de 2013.

Já em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, instituída pela Lei nº 12.546, de 2011, a obrigatoriedade da escrituração já recai em relação aos meses do ano de 2012, conforme o disposto nos incisos IV, V e VI, acima.

Todavia, a Instrução Normativa RFB nº 1.305, de 26.12.2012, excepcionalmente, prorrogou a recepção da EFD-Contribuições em questão (Escrituração da Contribuição Previdenciária sobre Receitas, dos meses de 2012), para o 10º (décimo) dia útil de fevereiro de 2013, sem quaisquer penalidades. (GUIA PRÁTICO DO EFD-CONTRIBUIÇÕES, 2013).

2.3.3 Programa Validador e Assinador

Como pré-requisito para a instalação do PVA EFD-Contribuições é necessária a instalação da máquina virtual do Java. Após a importação ou criação da escrituração, a mesma poderá ser visualizada pelo próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisas de registros ou relatórios do sistema. Outras funcionalidades do programa: digitação, alteração, assinatura digital da EFD-Contribuições, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração.(SPED...2013).

O SPED (2013), informa que o programa gerador de escrituração possibilitará:

- Importar o arquivo com o leiaute da EFD-Contribuições definido pela RFB;
- Criar uma nova escrituração, mediante digitação completa dos dados;
- Validar o conteúdo da escrituração e indicar dos erros e avisos;
- Editar via digitação os registros criados ou importados;
- Emissão de relatórios da escrituração;
- Geração do arquivo da EFD-Contribuições para assinatura e transmissão ao Sped;
- Assinar do arquivo gerado por certificado digital;
- Comandar a transmissão do arquivo ao Sped.

Como se pode ver, esse programa é imprescindível para que seja feita a validação, correção, geração do arquivo e transmissão do mesmo.

2.3.4 Apresentação do arquivo

Quanto a apresentação do arquivo da EFD-Contribuições, este terá uma periodicidade mensal, devendo ser transmitido, após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração. (SPED...2013).

Conforme define o Guia Prático da EFD-Contribuições (2013), devem ser apresentadas informações relativas a um mês civil ou frações, ainda que suas apurações de créditos sejam efetuados em períodos inferiores a um mês, casos como: abertura, sucessão e encerramento. Portanto, a data inicial constante no registro, deverá ser o primeiro dia do mês e a data final, o último dia do mês, exceto em casos como o de início e encerramento das atividades ou outro evento que venha alterar a forma e período de escrituração fiscal do estabelecimento.

O arquivo será gerado de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, em função do disposto no art. 15, da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e deverá ser submetido ao programa disponibilizado para sua validação, assinatura, transmissão e visualização. (GUIA PRÁTICO DO EFD-CONTRIBUIÇÕES, 2013).

2.3.5 Multas pelo atraso na entrega da EFD-Contribuições

A não entrega ou entrega em atraso dos arquivos digitais do SPED, são passíveis de multa.

Segundo o Guia Prático EFD-Contribuições (2013), a Lei n° 12.766, de 27 de dezembro de 2012, estabeleceu novas penalidades para o atraso o não entrega de arquivos digitais do SPED. A mesma substitui a multa anterior que era de R$5.000,00 ao mês ou fração de mês.

O art.8 da referida Lei, estabelece que o sujeito passivo que deixar de apresentar declaração, demonstrativo ou escrituração digital ou apresentar com incorreções ou omissões, nos prazos fixados, será intimado com prazos estipulados pela Secretaria da Receita Federal a apresenta-los ou prestar esclarecimentos e ainda sujeitar-se as multas.

Se a apresentação for extemporânea, a multa será de R$500,00 (quinhentos reais), por mês-calendário ou fração, caso tenha apresentado lucro presumido na última declaração apresentada.

Para as empresas que tiverem apurado lucro real ou tiverem optado pelo autoarbitramento, a multa será de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), por mês-calendário ou fração.

Ambas as multas serão reduzidas à metade, quando a declaração, demonstrativo ou escrituração digital for apresentado após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício.

Ainda no que se refere às multas, quem apresentar declaração, demonstração ou escrituração digital com informações inexatas, incompletas ou omitidas, será aplicado 0,2% (dois décimos por cento), não inferior a R$100,00 (cem reais), sobre o faturamento do mês anterior ao da entrega da declaração, demonstrativo ou escrituração equivocada, sendo assim entendido como receita decorrente das vendas de mercadorias e serviços. (GUIA PRÁTICO DO EFD-CONTRIBUIÇÕES, 2013).

O profissional deve manter um acompanhamento de todos os processos, da empresa ou do escritório onde trabalha, para que não ocorra o esquecimento ou envio equivocado de alguma declaração, diminuindo a probabilidade de pagar multas.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade descrever os procedimentos metodológicos e apresentar as técnicas de pesquisa que foram utilizadas para a solução do problema proposto.

Para Gil (2006), método científico é o conjunto de processos e operações que devem ser utilizadas durante uma investigação. É a linha de raciocínio que orienta o processo de pesquisa.

Pesquisa é definida por Cervo e Bervian (2002, p.63), como "uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos e práticos com o emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução".

Apresentam-se nos próximos itens a classificação da pesquisa quanto: ao delineamento, população e amostra, procedimentos e técnica de coleta de dados e análise e interpretação dos dados e as variáveis do estudo.

3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

Para atingir os objetivos do trabalho, foi utilizada a pesquisa descritiva, que têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população, fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relação entre variáveis. (DIEHL E PAIM, 2002).

Segundo Silva; Menezes (2001, p.21), a descrição de características de uma determinada população ou fenômeno ou então de relações entre variáveis, vem ser classificada como pesquisa descritiva.

Os impactos pesquisados, tiveram como base os contadores de Carazinho, dessa forma

Gil considera esta pesquisa como descritiva por ter como "objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]". (GIL 2006, p.44).

Quanto à abordagem do problema, classifica-se a presente pesquisa como quantitativa e qualitativa.

Conforme Silva e Menezes (2001, p. 20), "pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las".

A pesquisa quantitativa é definida por Diehl e Paim (2002, p.75), como:

> Caracterizada pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações através de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais complexas, objetivando garantir resultados e evitar distorções de análise e interpretação, possibilita uma margem de segurança maior quanto às inferências.

Silva e Menezes (2001, p.20), conceituam como pesquisa quantitativa tudo o que pode ser quantificado, ou seja, traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

A análise quantitativa visa responder o objetivo geral e específico, de verificar o impacto da obrigatoriedade da EFD-Contribuições para os contadores, visto que no ano de 2013, esta escrituração que já era de obrigatoriedade para as empresas de lucro real, torna-se também obrigatória às empresas do lucro presumido.

No âmbito qualitativo Diehl e Tatim (2004), descrevem que os mesmos possibilitam descrever a complexidade de determinado problema e a influência de certas variáveis, além de compreender e classificar os processos vividos por grupos sociais de maior nível de profundidade.

Para tanto foi utilizado um estudo de campo, no qual, estuda-se um grupo, de uma estrutura social, visando o aprofundamento de questões e a verificação de características deste. (GIL, 2006).

No estudo de campo, foram enviados questionários aos contadores de Carazinho, esses sendo de escritórios e alguns atuando em empresas que possuem contabilidade interna. O questionário conta com questões fechadas e abertas, com propósito de descobrir impactos positivos e negativos em relação à obrigatoriedade da EFD-Contribuições.

Segundo Gil (2006, p.128), a técnica de investigação deve ser composta por um número mais ou menos elevado de questões, que deve ser apresentado por escrito às pessoas,

tendo as mesmas o objetivo do conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Cervo e Bervian (2002, p. 48), acrescentam ainda que o questionário "possui a vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais".

Esta pesquisa caracteriza-se também como um levantamento ou Survey, que visa determinar informações sobre práticas ou opiniões atuais de uma população específica. (GIL, 2006).

Os mesmos autores salientam que o questionário é a forma mais usada para se coletar dados, dessa forma atingindo uma medição do que se deseja com a maior exatidão.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população que compõe esse trabalho são os contadores que atendem empresas de lucro real e presumido, na cidade de Carazinho.

Para Gil (2010, p.35), a amostra é quando não são pesquisados todos os integrantes de uma população, apenas uma amostra significativa de um todo, onde as conclusões obtidas são projetadas para a totalidade do universo, mediante cálculos estatísticos.

Segundo Diehl e Tatin (2004, p.64), a população "pode ser formada por pessoas, famílias, empresas, ou qualquer outro tipo de elemento, conforme os objetivos da pesquisa", enquanto amostra é uma porção ou parcela da população convenientemente selecionada.

Será usado, dessa forma, uma amostragem estratificada, que separa os elementos da população em diferentes estratos, onde somente participam da amostra aqueles selecionados conforme a necessidade do estudo.

3.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados a fim de se obter informações e as técnicas de coleta de dados devem ser escolhidas e aplicadas conforme contexto da pesquisa, a eficácia depende da adequada utilização. (DIEHL E PAIM, 2002).

Dessa forma, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamento: as fontes de papel, onde se enquadram às pesquisas bibliográficas e a documental, e o grupo das fontes de dados que são fornecidos por pessoas, sendo no caso desta pesquisa o estudo de campo. (GIL, 2006).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2006) desenvolve-se, principalmente através de livros, artigos científicos, e através da legislação. Conforme Silva e Menezes (2001) a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Também foi realizada uma pesquisa de campo que conforme Richardson (1999) é aquela que faz observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na sociedade real, sendo realizada uma coleta de dados referente aos mesmos, posteriormente os dados são analisados e interpretados, com base numa fundamentação teórica consistente. Para o mesmo autor a pesquisa de campo tem por objetivo compreender e explicar o problema pesquisado. Ela é utilizada frequentemente para o estudo de grupos, comunidades, e instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade.

De um universo de aproximadamente cento e setenta (170) contadores, foram enviados trinta e dois (32) questionários, abrangendo dessa forma uma amostragem em torno de dezenove por cento (19%) do total, desses dezoito (18) foram respondidos. O questionário possui um total de vinte e quatro (24) questões (Apêndice A).

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Gil (2006) salienta que os dados analisados devem ser organizados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. A análise dos dados se apresentará a partir do método quantitativo, serão apresentados através de gráficos desenvolvidos no excel, a partir das respostas obtidas nos questionários enviados.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Segundo (GIL, 2006) o questionário, como técnica de pesquisa, poderá apresentar algumas limitações no atendimento dos objetivos desta pesquisa, no que diz respeito a:

1) Em relação ao entendimento das instruções de preenchimento e em relação às questões formuladas;

2) Não oferece garantia de que as organizações devolvam-no devidamente preenchidas, e este fato poderá implicar significativamente na representatividade da amostra;

3) O questionário deverá ter um número pequeno de questões, pois é sabido que questionários extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos, limitando os itens de abordagem.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O presente capítulo descreve sobre a visão dos contadores no que se refere as contínuas mudanças que vem ocorrendo no cenário fiscal brasileiro, um pouco de seu perfil e mercado de atuação, assim sendo possível avaliar não somente o que ocorre dentro dos escritórios, mas também em algumas empresas que possuem contabilidade interna.

A EFD-Contribuições tornou-se em 2013 obrigatória também para as empresas de lucro presumido, dessa forma a busca foi de identificar o que se pode tirar de positivo e também o que se pode apontar como negativo, visto que em breve outros subprojetos também se tornarão obrigatórios.

4.1 PERFIL DA AMOSTRA

Este subcapítulo abordará um pouco do perfil dos profissionais de Carazinho ao qual foram enviados os questionários. O gráfico a seguir mostra o tempo de experiência desses profissionais.

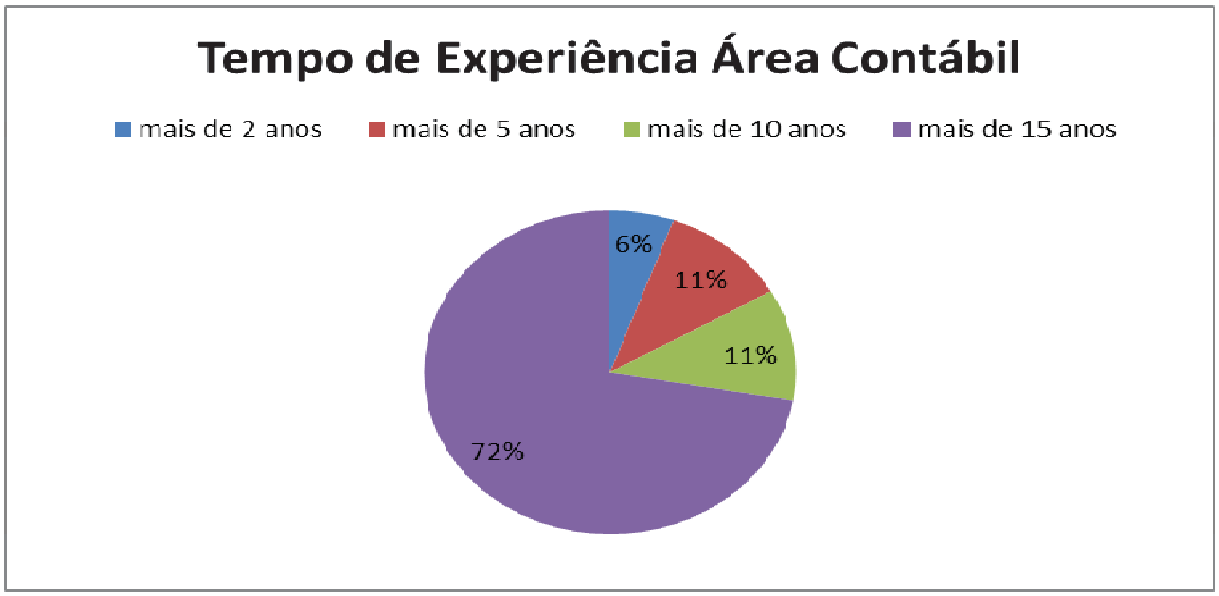

Gráfico 1: Tempo de experiência na área Contábil

Fonte: Autora

Observa-se que 72% dos entrevistados atuam na área contábil a mais de 15 anos, dessa forma, foi possível avaliar que esses profissionais acompanharam, juntamente com seus clientes, a implantação de um projeto que diminui as obrigações acessórias, mas aumenta a complexidade das obrigações principais, com prazos curtos e aplicação de multas.

Enquanto o Projeto SPED vai tomando seu lugar e abrangendo aos poucos as empresas por um nível de classificação, ainda se tem uma quantia bastante grande de obrigações acessórias, das quais várias empresas ainda são obrigadas.

Obrigações acessórias, que Seabra (2013), ressalta que terão tratamento de crime fiscal no seu eventual descumprimento, deixaram de ser ilícitos administrativos para tipificarem ilícitos penais.

Embora a maioria desses profissionais já estejam atuando em longa data, os mais recentes também conseguem perceber o rumo cada vez mais complexo das informações a serem prestadas.

A atuação desses profissionais não se limita aos escritórios de contabilidade, sendo que as grandes empresas possuem seus contadores dentro da empresa, como podemos ver no gráfico a seguir:

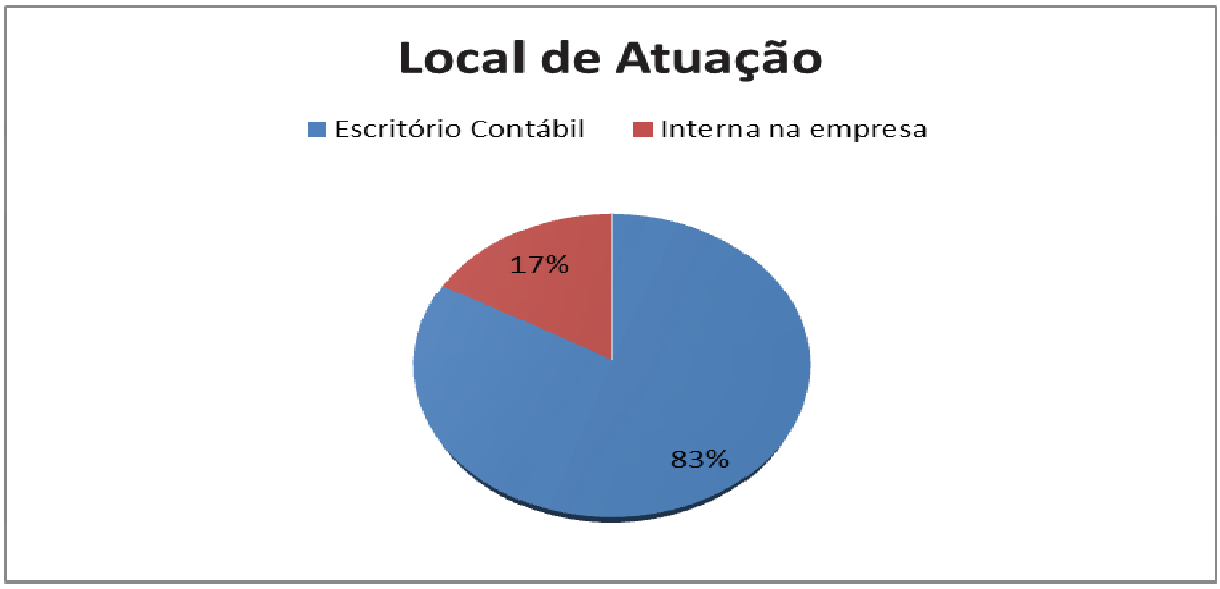

Gráfico 2: Local de Atuação

Fonte: Autora

Como pode-se ver já é significativo o número de profissionais que atuam dentro das empresas, isso porque estando dentro da empresa o profissional tem um acompanhamento mais preciso das operações realizadas pela mesma, dedicando seu tempo na busca de benefícios fiscais, maneira mais correta de desenvolver suas atividades e um planejamento tributário mais eficaz.

Já os contadores que atuam em escritório contábil, tem sob sua responsabilidade prestar informações sobre várias empresas, como apresentado no próximo gráfico.

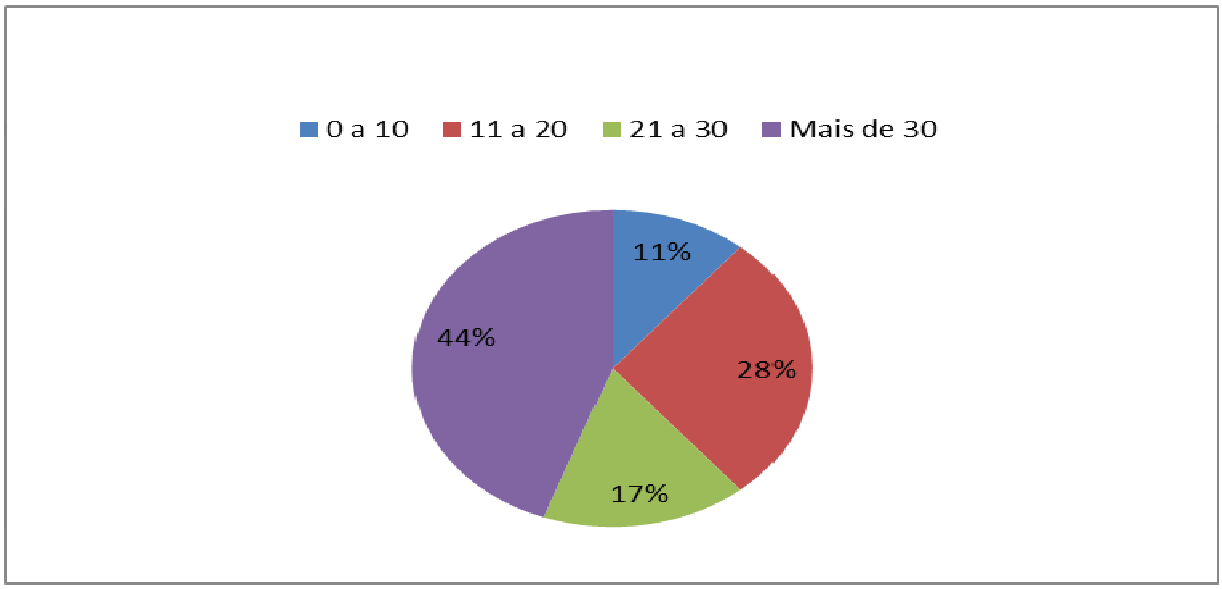

Gráfico 3: Quantidade de clientes obrigados a entrega da EFD-Contribuições

Fonte: Autora

Isso mostra que 28% dos entrevistados tem sob sua responsabilidade de 10 a 20 empresas as quais possuem a obrigatoriedade de entrega da EFD-Contribuições, mas a maioria dos entrevistados possui mais de 30 empresas, configurando um total de 44%.

É um número bastante elevado, se for avaliar a complexidade dos dados exigidos por essa declaração, lembrando ainda que existem prazos a serem cumpridos ou multas a serem pagas.

O profissional precisa contar com o apoio dos clientes, pois é deles que devem vir as informações de forma precisa para se gerar a declaração. Por esse motivo, alguns profissionais precisaram entregar a contabilidade de algumas empresas, como segue:

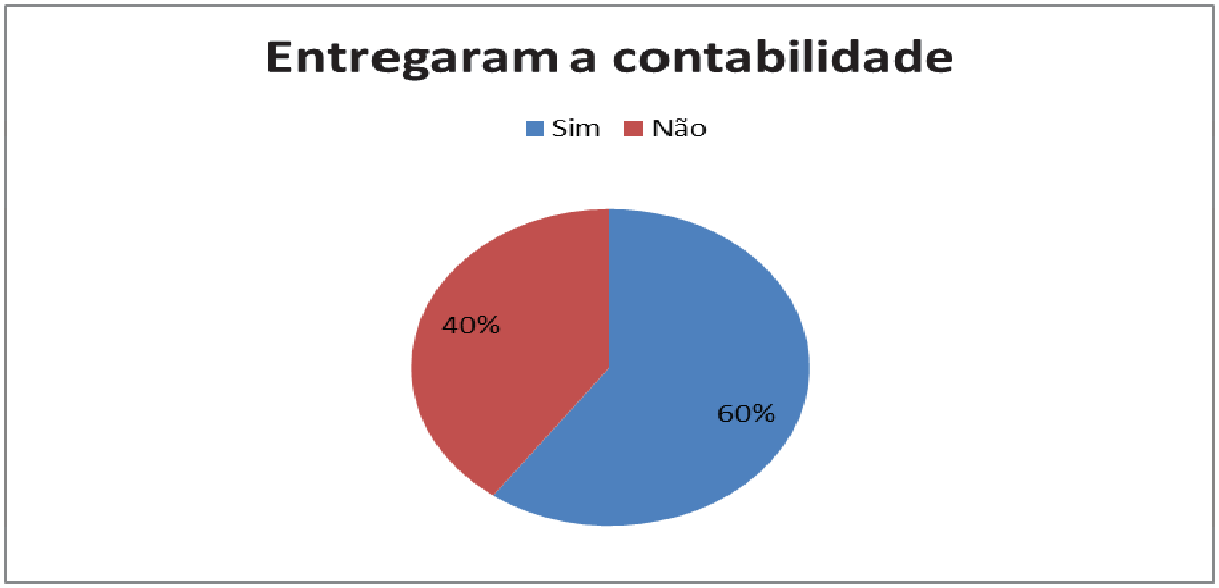

Gráfico 4: Profissionais que entregaram a contabilidade
Fonte: Autora

Mais da metade dos profissionais entrevistados entregou a contabilidade de algumas empresas, o motivo pelo qual foi entregue não foi questionado, pois a expectativa era de que esse número fosse menor.

4.2 QUANTO AOS EMPRESÁRIOS

Sabe-se que sem as informações vindas das empresas, torna-se impossível o desenvolvimento do trabalho dos contadores, visto que o que deve ser informado são as reais movimentações efetuadas pelas mesmas.

Diante da realidade do SPED, torna-se necessário a busca de alternativas lícitas por parte do contribuinte, para que se tenha uma menor carga tributária, isso requer uma série de mudanças, mas ainda há uma descrença por parte de alguns empresários, como se pode ver a seguir:

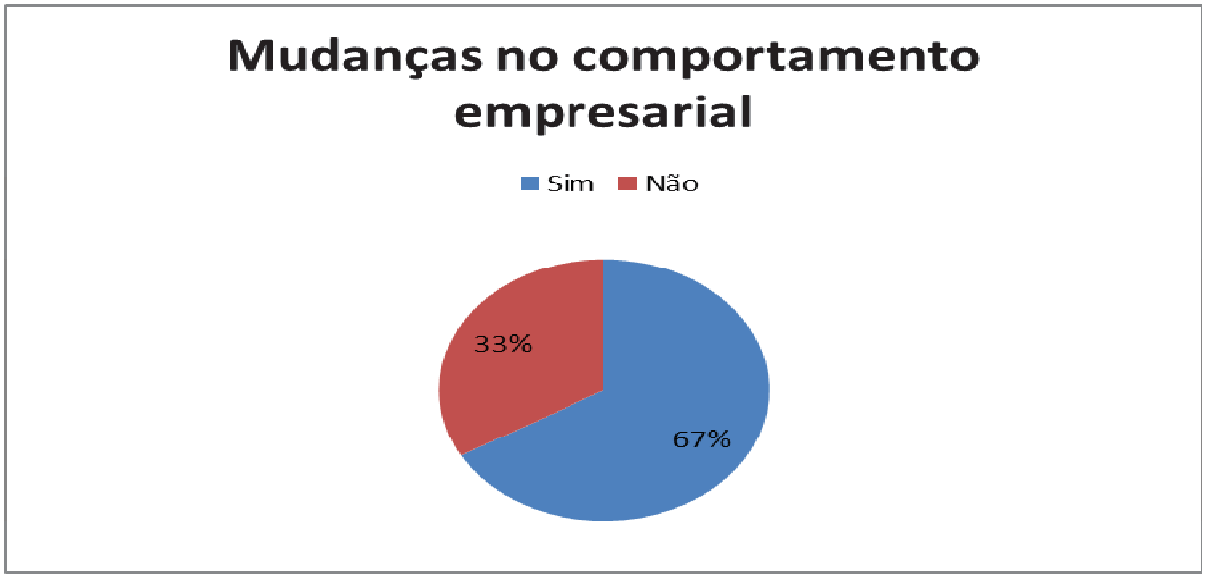

Gráfico 5: Mudanças no comportamento empresarial

Fonte: Autora

A partir das respostas obtidas, percebe-se que 67% dos empresários tem ido em busca de mudanças, pois entendem que o desconhecimento torna as empresas vulneráveis a possíveis erros, é necessário então a atualização de sistemas e contar com pessoal capacitado.

Já para os outros 33% deve haver uma descrença, de alguma forma acreditam que não serão afetados pelas mudanças, dessa forma não demonstram interesse em adquirir conhecimento. Sobre esse raciocínio, Nascimento (2013, p.152), alerta que "esse é um desafio que o empresário terá de superar caso tenha interesse em salvar seu patrimônio."

Entre os itens identificados como mudanças por parte dos empresários, pode-se analisar conforme quadro abaixo:

Mudanças	**%**
Maior Preocupação com as informações contábeis e fiscais	100%
Maior Controle	66%
Maior rigor fiscal	33%
Mudança da forma de tributação	0%

Quadro 4: Mudanças dos empresários identificadas por contadores

Fonte: Autora

O que se pode ver é que os empresários estão preocupados com as informações que estão prestando ao governo, essa foi a principal mudança identificada, onde 100% dos entrevistados que observou mudanças em seus clientes ressaltaram essa preocupação por parte dos mesmos.

A busca por um maior controle também foi bastante abordada, 66% estão aderindo a um maior controle, isso serve, não somente para prestar informações para o governo, mas também conhecer os reais ganhos em termos de produtividade e qualidade da empresa.

Ainda observa-se que nenhum empresário optou pela mudança de tributação, aqueles que buscam às mudanças, querem sim, adquirir o conhecimento, entendem que fazer as coisas de uma maneira correta não lhes trará prejuízos, usar o conhecimento aliado ao desenvolvimento de tecnologias pode ser uma arma contra os altos tributos.

Como destaca Nascimento (2013, p.44), "o contribuinte e o administrador têm a prerrogativa com base em lei de buscar alternativas que, de forma lícita, traga benefícios tributários para o complexo de fatores que compõe o patrimônio da entidade."

Também foi possível identificar com base nas respostas, que as empresas que foram se adequando desde o início do Projeto SPED, tornou mais fácil a geração de informações exigidas na EFD-Contribuições, visto que essa tem uma exigência bastante grande e trata diretamente a movimentação de produtos.

4.3 QUANTO AOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

A profissão contábil é apontada como uma das mais antigas, e teve grandes modificações ao longo dos anos, pode-se observar isso na maneira como o profissional trabalha nos dias de hoje. Ele não somente é responsável por lançamentos contábeis e emissão de guias, trabalha junto com os empresários, é o contador quem repassa a seus clientes as informações que os mesmos precisam.

Esses profissionais precisam estar atualizados, caminhando junto com as mudanças e ainda auxiliando seus clientes, esclarecendo dúvidas e orientando seus colaboradores.

4.3.1 Mudanças na forma de trabalho

O Projeto SPED trouxe mudanças na forma de trabalho para os profissionais contábeis, concordando com isso a maioria dos contadores entrevistados:

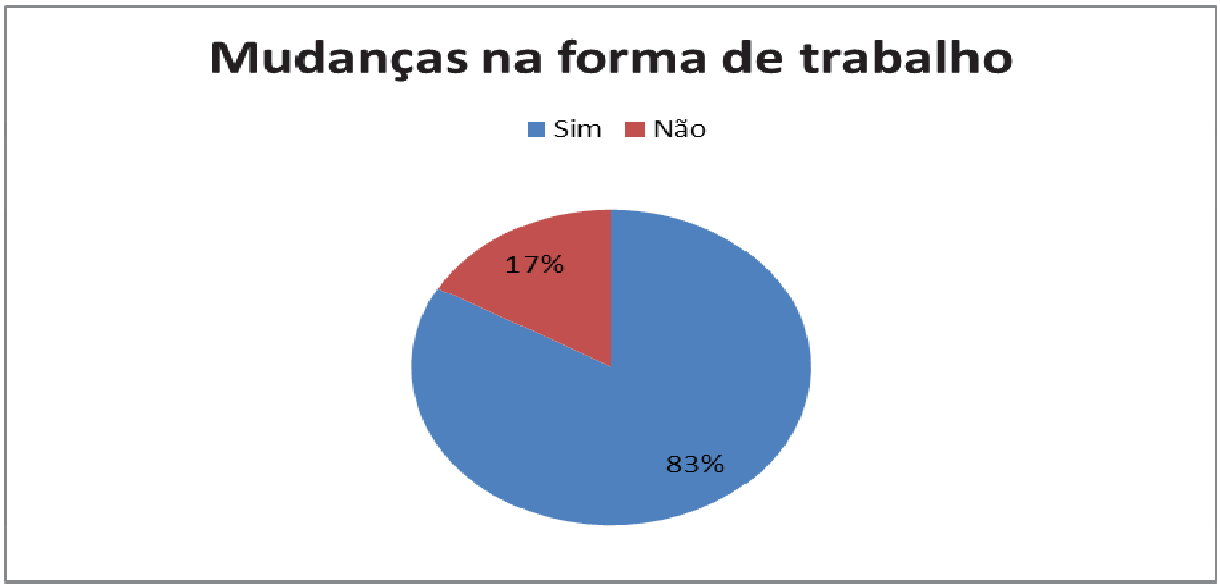

Gráfico 6: Mudanças na forma de trabalho

Fonte: Autora

Como se pode ver 83% dos contadores entrevistados observou mudanças em sua forma de trabalho. No quadro abaixo, destaca-se as principais mudanças identificadas por essa percentagem.

Mudanças	**%**
Maior rigor na preparação dos lançamentos e demonstrações contábeis	100%
Maior necessidade de informática	100%
Maior exigência de educação continuada	89%
Redução dos prazos	50%
Aumento de auxiliares	25%
Aumento de lançamentos Contábeis	0%

Quadro 5: Mudanças na forma de trabalho

Fonte: Autora

O quadro mostra que 100% dos contadores que identificaram mudanças na sua forma de trabalho, tiveram um maior rigor na preparação dos lançamentos e demonstrações, fazer o

lançamento completo, indicando no mesmo tudo o que se é exigido no momento de importação de dados para a declaração, evitando assim a correção de erros e o retrabalho.

É importante que se saiba ainda que a EFD-Contribuições exigirá uma atenção muito maior quanto a parametrização e geração de dados, para uma melhor viabilidade deve existir uma interface entre o software da empresa e o sistema da contabilidade, para depois permitir que as informações sejam geradas.

Foi indicado também uma maior necessidade de informática, isso porque todo o processo de importação de dados, validação e envio é feito de maneira digital. Dessa forma, se torna imprescindível o conhecimento e o desenvolvimento constante da informática.

Não somente por isso, mas como destaca Souza, Ascenção e Souza (2013), o avanço da tecnologia é facilmente percebido pela grande influência que provocou na profissão contábil, pois esse precisa estar atento às novas ferramentas utilizadas, passando por constante reciclagem para não ficar alienado. As novidades tecnológicas requerem um processo de adaptação, permitindo que profissionais da contabilidade sejam contemporâneos do moderno instrumento que se encontra à sua disposição.

Para 89% dos respondentes, a exigência de uma educação continuada foi vista como uma das principais mudanças, é necessário que se esteja em constante evolução, o profissional precisa focar sua atenção no aperfeiçoamento contínuo.

O contador enfrenta uma constante mudança nas leis, novas normas tributárias; o que antes era permitido e agora não é mais, o que traz benefícios e deve ser utilizado em favor de seus clientes, uma nova obrigatoriedade que começa a ser exigida de novos clientes; o acompanhamento desses fatos pode ser classificado como educação continuada.

Nascimento (2013, p.48), destaca que, segundo o estudo realizado pelo IBPT, a cada 1,41 hora, em dias úteis, é emitida uma nova norma tributária no Brasil.

Pode-se afirmar ainda que essas mudanças acontecem de forma continuada e em um curto espaço de tempo, exigindo do profissional uma preparação contínua e agilidade para entender e lidar com as mesmas.

Uma redução de prazos foi identificada por 50% dos entrevistados, o contador não corre somente contra os prazos, mas principalmente com o número de informações a serem prestadas em um curto espaço de tempo.

Para 25% dos contadores foi necessário a contratação de auxiliares, esses também precisam estar em constante mudança para prestarem um serviço mais preciso, é necessário que se tenham auxiliares que falem a linguagem exigida pelos setores contábeis, por esse motivo, busca-se estudantes de ciências contábeis, para que esses não se proponham apenas em desenvolver o trabalho, mas também tenham um raciocínio crítico do que estão desenvolvendo.

Como as mudanças não devem acontecer apenas nos escritórios, mas também nas empresas, não foi identificado um aumento de lançamentos contábeis, isso porque os sistemas implantados pela maioria das empresas permite aos escritórios ou mesmo internamente a importação para contabilidade, reduzindo dessa forma o trabalho de digitação um a um. As importações são grandes aliadas, pois dessa forma o trabalho passa a ser muito mais de conferência do que está sendo importado, também de orientação para quem gera as informações para que as mesmas possam ser cada vez mais precisas.

Para que se consiga uma maior precisão na criação de dados e também na geração de informações, o sistema utilizado é uma das peças chave, com relação a isso alguns contadores precisaram investir em um sistema que lhes desse maior suporte para gerar informações.

Gráfico 7: Contadores que investiram em um novo sistema

Fonte: Autora

Como pode-se observar, 33% da amostra avaliada investiram em um novo sistema, o sistema de informação deve ser aliado do contador e da empresa, tanto na geração de dados como na tomada de decisão.

O principal benefício proporcionado pela tecnologia dos sistemas de informação é a habilidade de processar um volume bastante grande de dados e informações, de maneira simultânea e disponibilizando essas de maneira praticamente imediata.

Mas não somente os sistemas que devem estar de acordo com a necessidade das empresas e dos contadores. Abordando ainda um pouco da educação continuada, os contadores defendem a importância em cursos de capacitação, como podemos ver a seguir:

Gráfico 8: Investimento em cursos de capacitação

Fonte: Autora

De maneira unânime os contadores defendem os cursos de capacitação, tanto para eles como para seus auxiliares. O SPED chegou aos poucos, mas está se tornando cada vez maior e garantindo o seu espaço.

E não é possível se deparar com um projeto tão complexo sem buscar um mínimo de esclarecimento, de conhecimento, de entendimento. Não se pode manusear uma ferramenta que não se conhece.

Limírio (2013), coloca que, entendendo a necessidade da existência de uma educação continuada, o Conselho Federal de Contabilidade e suas regionais, também os sindicatos da classe, oferecem cursos de aperfeiçoamento, seminários, fóruns de estudo, entre outros, contribuindo dessa forma com a formação profissional da área, dando-lhes a oportunidade de se manterem permanentemente atualizados.

A capacitação deixou de ser uma opção para ser uma condição e uma necessidade dentro do exercício da profissão, sendo que todo instante se pode ver antigos meios e conceitos sendo aperfeiçoados ou superados.

Não são somente os contadores que devem se preocupar em fazer cursos e proporcionar cursos a seus auxiliares, as instituições de ensino são fundamental em manter-se atualizadas, percebendo o que está mudando, para dessa forma, estruturar seus cursos de acordo com o cenário em que está inserida.

Vindo do esclarecimento de um dos entrevistados, somente adquirindo capacitação é que se conseguirá cumprir essa nova sistemática, são várias as ramificações do SPED, em particular a EFD-Contribuições, que é uma das mais complexas, pois nela são informadas todas as movimentações que se refiram a operações geradoras de receitas ou de créditos de Pis/Pasep e de Cofins. Ainda é necessário lembrar que essa escrituração, é enviada pela empresa matriz, concentrando as informações das filiais.

Defendendo ainda os cursos de capacitação ressaltou-se a importância dos mesmos, pelas mudanças que ocorrem continuamente na legislação, é preciso ter segurança no que se faz e a interpretação das leis é imprescindíel.

Essa necessidade de aprendizagem não surge nesse momento, Colletto (2005), já enxergava a velocidade das mudanças, o avanço da globalização e o desenvolvimento tecnológico, esses transformando incessantemente o ambiente de trabalho e não deixando dúvidas que o “estudo” e “formação” não são apenas etapa da vida, mas devem ser constantes ao longo de toda carreira.

Assim como contadores e auxiliares estão buscando cursos de aperfeiçoamento, conhecimento e capacitação, os mesmos enxergam que seus clientes também precisam melhorar o nível de capacitação dos colaboradores que atuam na área fiscal.

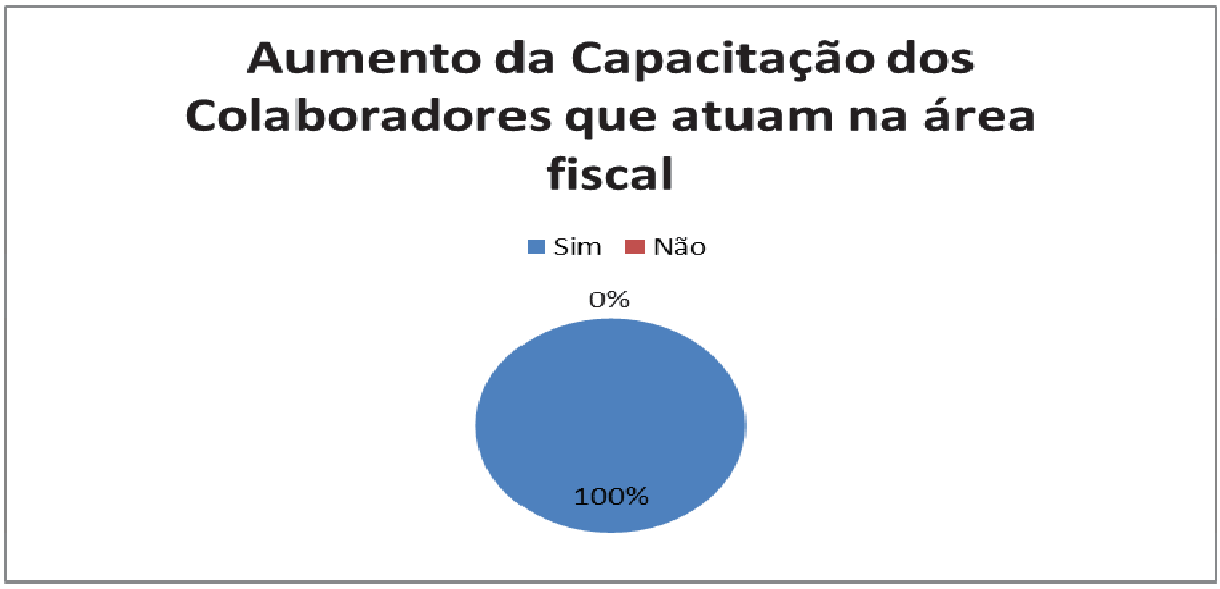

Gráfico 9: Aumento da capacitação dos colaboradores que atuam na área fiscal

Fonte: Autora

Isso deixa claro que não somente quem vai prestar as informações, gerar e transmitir os arquivos deve conhecer os mecanismos, o profissional que gera a informação, deve também estar capacitado, na visão dos contadores entrevistados as empresas devem investir na capacitação desses colaboradores.

Uma empresa, seja ela pequena ou grande, não pode simplesmente gerar informações, deve saber o que está gerando, mas muitas vezes não se tem alguém habilitado para tal função, isso é observado pelos contadores no momento em que entendem que as empresas devem investir nessa capacitação.

O sistema tributário brasileiro é hipercomplexo, como lembra Nascimento (2013, p.56), possui 87 tributos com suas peculiaridades na forma de apuração e mais todos os instrumentos tributários (obrigações acessórias).

Torna-se importante então que o profissional que está atuando na área fiscal tenha o conhecimento dos produtos que circulam na empresa, garantindo o cadastro dos mesmos de forma correta no sistema. Também é importante que esse saiba a forma de tributação da empresa, a quais impostos está obrigado, seus prazos e exigências.

Lembrando que a NF-e, nem sempre é emitida por um profissional responsável pela área fiscal, mas é extremamente importante sua emissão correta, pois nela contém os dados que serão utilizados posteriormente para geração dos arquivos a serem enviados ao SPED. Caberia então ao responsável pela área fiscal a orientação da correta emissão da mesma.

4.3.2 O Contador e sua relação com a empresa

As empresas de maior porte já possuem em seu quadro de funcionários pelo menos um contador, o que não é tão comum nas empresas de médio e pequeno porte, que remetem essa função aos escritórios de contabilidade, mas muitas ainda não reconhecem a importância de prestar as informações de maneira correta.

Conforme a amostra de contadores pesquisados, os mesmos enfrentam algumas limitações vindas por parte dos empresários, como pode-se ver nos gráficos a seguir:

Gráfico 10: Investimento em um sistema apropriado
Fonte: Autora

Como já visto anteriormente um sistema de informação apropriado para as atividades da empresa é de extrema importância, esse deve ser destinado a gerar informaçõe precisas para o bom funcionamento dos processos e a tomada de decisão.

Para 78% dos entrevistados essa foi uma das resistências encontradas pelos empresários, então acredita-se que esses devem ampliar seu conhecimento em relação ao SPED, pois os mesmos já estão inseridos nesse projeto e mesmo alguns não sendo grandes empresários, com um grande faturamento, ainda assim já estão obrigados a entrega da EFD-Contribuições.

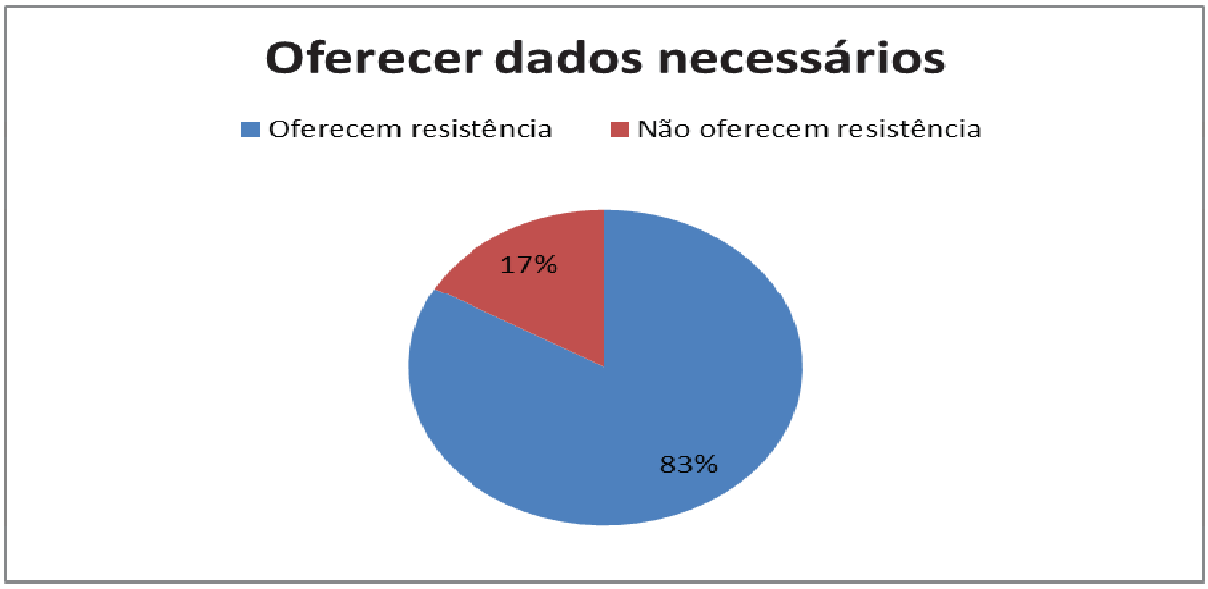

Gráfico 11: Oferecer dados necessários

Fonte: Autora

Entre os respondentes, 83% deles nota nos empresários, que esses apresentam resistência em oferecer os dados necessários para que se elabore uma escrituração correta.

Esses empresários provavelmente estão deixando de lado a análise econômica e financeira de seu negócio, querem reduzir os seus tributos omitindo informações ao fisco, enquanto que, se usar as ferramentas de forma correta, poderão obter uma redução desses tributos de maneira lícita, sem deixar de prestar as informações necessárias.

Da mesma forma, as informações subtraídas de seus contadores, podem serem descobertas pelo fisco, pois o governo tem facilidade para analisar informações oferecidas pelas empresas, cruzando informações e conhecendo dessa forma sua situação fiscal.

Os empresários devem entender ainda que se deve ter uma consciência e uma postura ética na gestão tributária, para que dessa forma possa dar continuidade segura nas operações da empresa.

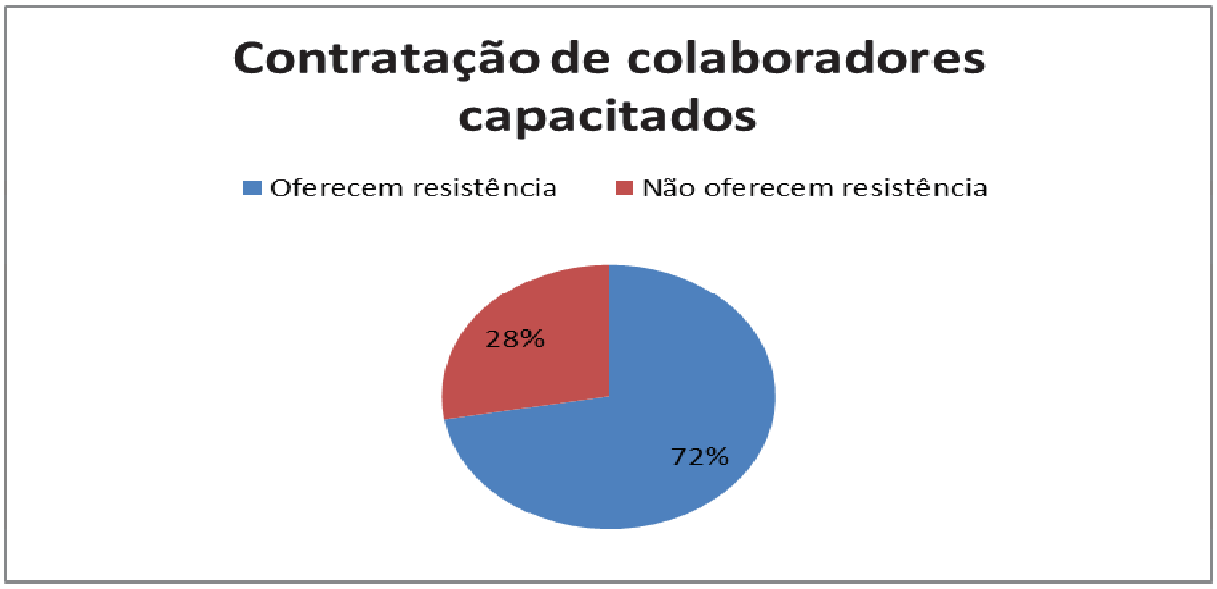

Gráfico 12: Contratação de colaboradores capacitados
Fonte: Autora

Os contadores ainda identificam a resistência em 72% dos empresários em contratar profissionais que tenham um grau de capacitação adequado para exercer as funções fiscais dentro da empresa.

Talvez pelo mesmo desconhecimento por parte dos empresários, os mesmos não reconhecem a importância da presença de um colaborador que esteja capacitado em exercer os procedimentos corretos, como visto anteriormente o projeto SPED tem uma abrangência não somente na geração de um arquivo, mas todas as movimentações da empresa que irão constar nesse arquivo.

Algumas empresas ainda contam com um número bastante pequeno de funcionários, muitas até apenas com seus sócios, dessa forma se tornam sobrecarregados, tendo todas as funções sob sua responsabilidade.

Gráfico 13: Responsabilidade sobre as escriturações

Fonte: Autora

Não somente as resistências anteriores são observadas, os contadores identificam que 61% de seus clientes, somado as outras resistências, acreditam que a responsabilidade das informações prestadas é somente do contador.

O contador possui sim responsabilidade pela documentação da empresa, suas obrigações legais e pelas declarações que a lei determina, mas para isso ele precisa das informações necessárias e alguns empresários desconhecem que todas as informações passadas ao contador são de sua responsabilidade.

Entende-se que a relação entre os clientes e o contador deve ser recíproca, uma vez que, para que o contabilista possa realizar o seu trabalho com eficiência, deve ter a sua disposição a documentação correta, já que os números não mentem e, atualmente, a tecnologia vigia e fiscaliza constantemente.

Ramos (2009), já reconhecia que havia a necessidade de o administrador agir e passar informações de forma correta a seu contador, quando afirma "a responsabilidade dos profissionais contábeis é a de orientar e informar o administrador. Na sequência, ordenar, organizar e processar dados recebidos, além de tirar resultados deles, de maneira que estas informações tornem-se um ponto de apoio e de tomada de decisão para o administrador."

Para que isso seja possível, ambos devem agir com ética e respeito, buscando sempre o melhor para a empresa. É importante também que o contador detenha um contrato de prestação de serviços, onde seja esclarecido as devidas responsabilidades de cada um.

Nesse contexto temos a premissa que toda ação gera uma reação, no contrato de prestação de serviços serão esclarecidos os compromissos e responsabilidades tanto do cliente como do profissional contábil. (SILVA, BUZZIN, BATISTA E COSTA,2003).

O mesmo autor destaca ainda que na área contábil, esse contrato é de grande importância, pois pode proteger o profissional contra as mais variadas situações, que acabam gerando sérias denúncias e autuações.

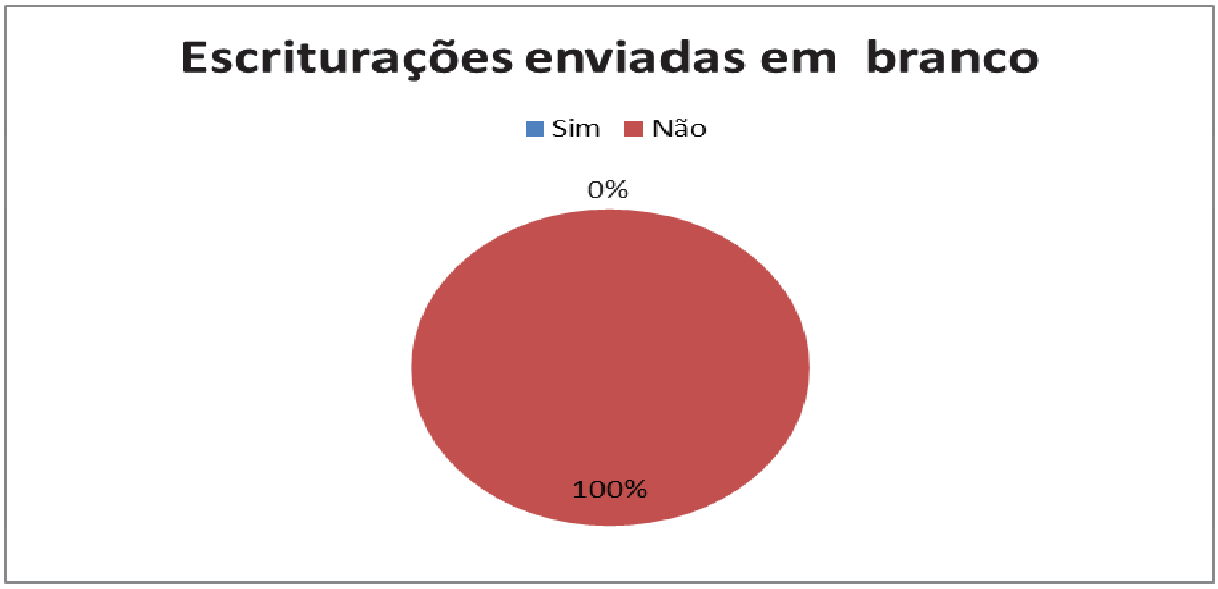

Gráfico 14: Escriturações enviadas em branco

Fonte: Autora

Mesmo 83% da amostra entrevistada tendo reconhecido que alguns de seus clientes tem resistência ao fornecimento dos dados necessários, os mesmos afirmaram que não deixaram de entregar nenhuma declaração, também não enviaram as mesmas em branco.

Alguns ressaltaram que, por falta de atenção nos vencimentos, acabaram mandando algumas declarações em atraso.

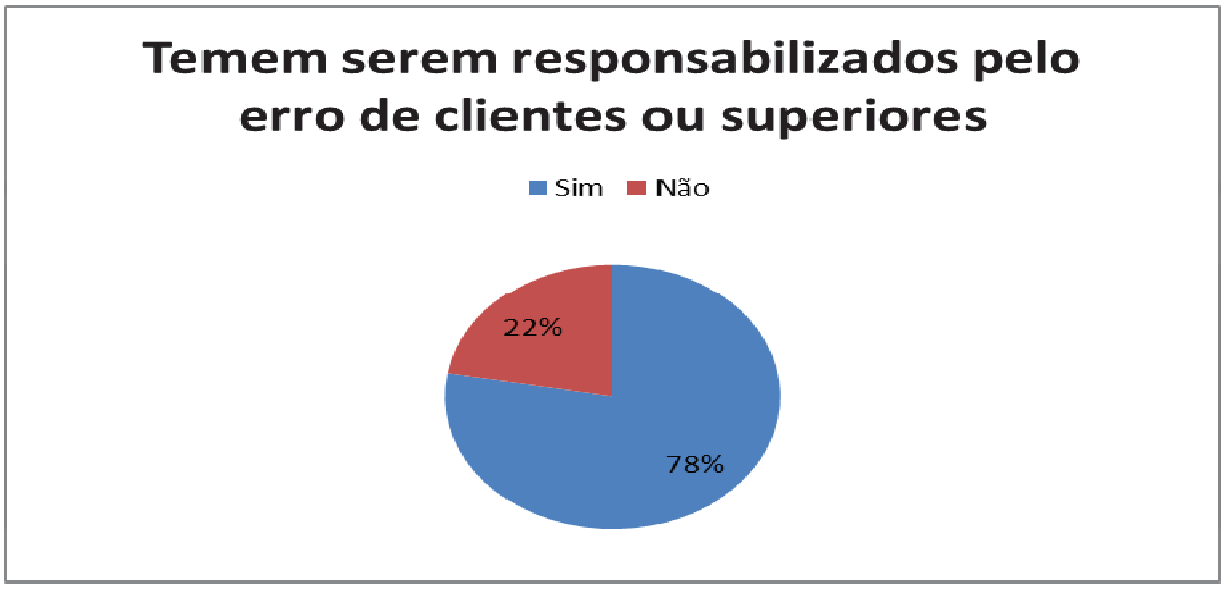

Gráfico 15: Temem serem responsabilizados pelo erro de clientes ou superiores

Fonte: Autora

O contador recebe as informações, a partir dessas realiza os lançamentos contábeis, gera e transmite as declarações necessárias, mas percebe-se um receio vindo do profissional contábil, conforme demonstrado no gráfico, 78% da amostra entrevistada teme serem responsabilizados pelo erro do cliente.

Isso porque o contador possui responsabilidade solidária, onde assume junto com o cliente por todos os atos cometidos pela empresa, tanto civil quanto criminal. Dessa forma percebe-se a importância dos contadores buscarem proteção efetiva, como o seguro de responsabilidade civil, que cobre vários riscos a qual o contabilista está sujeito a ser responsabilizado civilmente. Mas o mais eficiente ainda é uma parceria transparente, para garantir o sucesso de ambos.

Vale também ressaltar novamente a necessidade de a empresa ter pessoal capacitado no momento de gerar a informação, para que as mesmas sejam geradas corretamente.

Quando a empresa não dispõe dessa pessoa capacitada, os erros que poderão vir a ocorrer, muitas vezes serão identificados pelo contador ou seus auxiliares tardiamente, o que pode dificultar que haja a correção adequada.

No gráfico a seguir podemos ver:

Gráfico 16: É correto os contadores serem responsabilizados?

Fonte: Autora

De maneira geral, 100% dos contadores entrevistados não acham correto que sejam responsabilizados pelos erros cometidos pelas empresas, mas para isso o profissional precisa estar atento ao material que recebe da empresa, para que não se torne sócio no erro do cliente.Para evitar que seja responsabilizado por erros que não são seus, o profissional deve agir sempre de maneira ética e responsável, deve possuir um contrato de prestação de serviços onde exista a especificação dos serviços contratados e as responsabilidades de ambas as partes.

Para Silva (2003), "o contrato de prestação de serviços de contabilidade é sinônimo de segurança e tranquilidade tanto para os contabilistas quanto para seus clientes."

4.3.3 O conhecimento e a interpretação da EFD-Contribuições

O contador que já tinha um leque bastante amplo de declarações a serem apresentadas, deparou-se em 2013, com a obrigatoriedade de mais uma: a EFD-Contribuições.

Como já citado anteriormente, uma das mais complexas, senão a mais complexas do SPED. Gomes (2012), afirma que a EFD-Contribuições é a mais complexa e abrangente de todas, dando a exata medida do quanto as informações prestadas ao fisco estão cada vez mais detalhadas.

Para isso os contadores precisaram destinar parte de seu tempo para um melhor conhecimento da mesma, como mostra o gráfico abaixo:

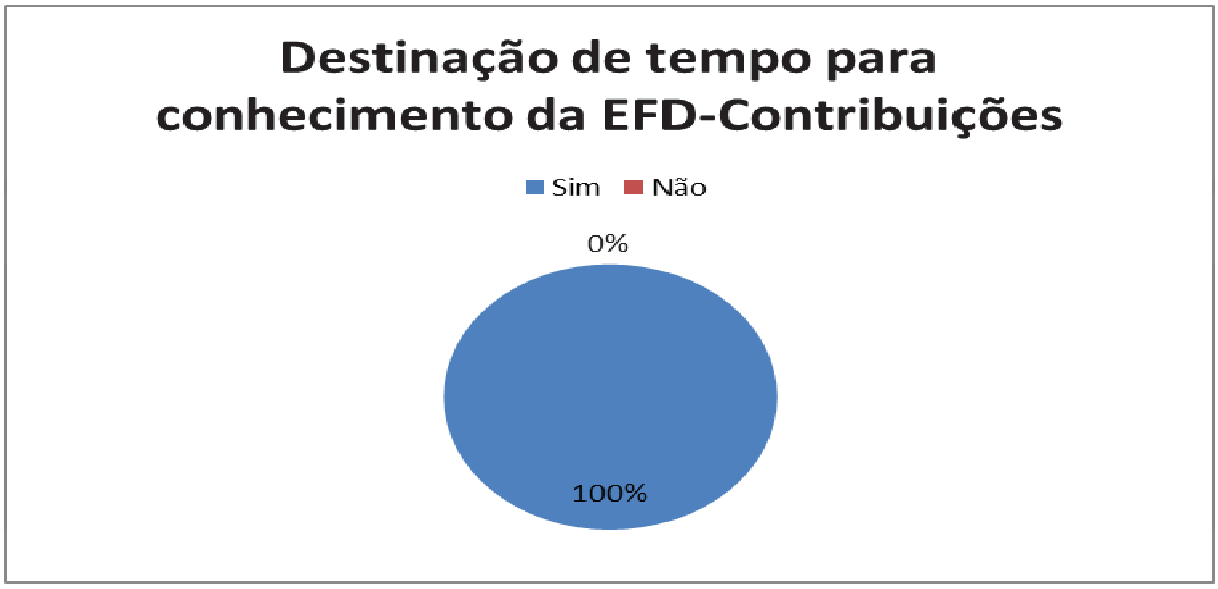

Gráfico 17: Destinação de tempo para conhecimento da EFD-Contribuições

Fonte: Autora

Como se pode ver, 100% dos contadores precisou destinar um pouco de seu tempo para um melhor conhecimento e uma interpretação mais precisa das exigências da EFD-Contribuições.

Sobre as atitudes questionadas as respostas foram as seguintes:

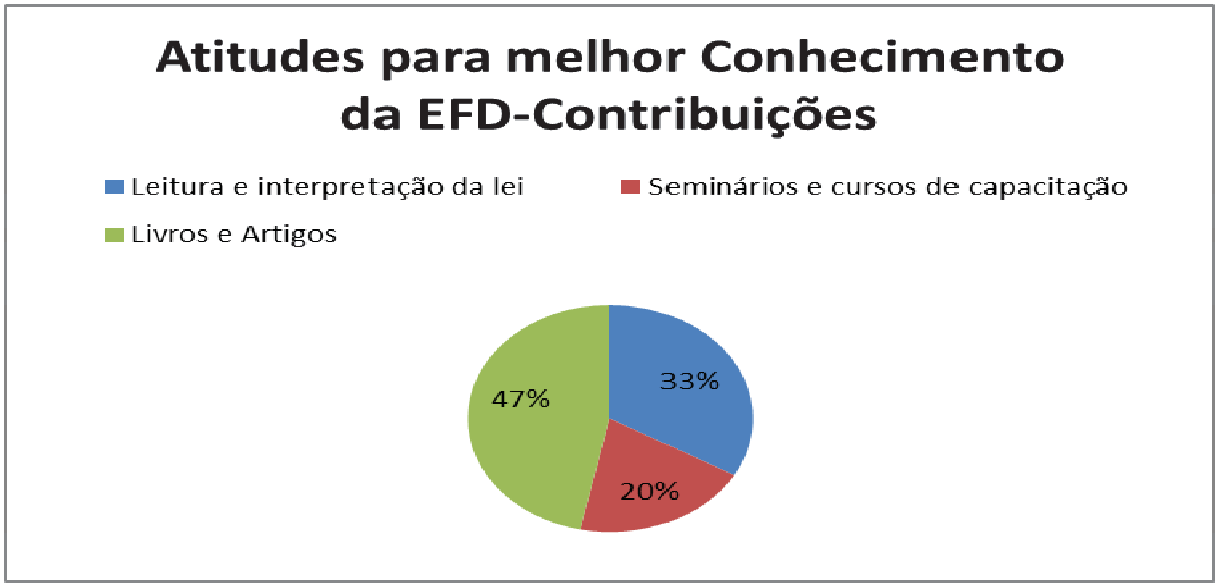

Gráfico 18: Atitudes para melhor conhecimento da EFD-Contribuições

Fonte: Autora

Ao que se pode ver, 47% dos entrevistados optou pela leitura de livros e artigos, mas como o tema é recente, poucos são os livros sobre o assunto, sendo que os já existentes falam sobre todo o Projeto SPED, alguns são feitos propriamente para orientar os profissionais de como agir diante das diversas situações que possam vir a encontrar.

De maneira geral, os livros trazem as orientações passadas pela receita federal, quanto aos subprojetos do SPED. Não há um esclarecimento lógico de como será a conferência das declarações enviadas, então a validação da mesma, autoriza o envio mas não se pode afirmar que a mesma está correta.

Os dados da EFD-Contribuições estariam sendo cruzados com os dados da DACON (Demonstrativo de Apurações de Contribuições Sociais), que é declaração acessória, onde são informadas as apurações de Pis e Cofins, cumulativos e não cumulativos.

O cruzamento das informações, EFD-Contribuições x DACON, é citada por Gomes (2012), que destaca a necessidade das informações estarem totalmente conciliadas, quando referentes a um mesmo período, que embora haja rumores da extinção da DACON, ela é muito importante para a Receita Federal do Brasil, justamente para fazer esse cruzamento.

Porem, a DACON somente está obrigada as entidades optantes pelo lucro real, não esclarecendo dessa forma, como será a conferência das EFD-Contribuições enviadas pelas empresas optantes pelo lucro presumido. Sabe-se também que a EFD-Contribuições deverá substituir a DACON.

Duarte (2012), relatava a dificuldade de se criar um sistema, pois a legislação das contribuições é confusa, complexa e instável. A instabilidade das regras e a subjetividade das interpretações decorrentes da legislação contraditória, mal redigida, volátil e confusa, acaba por impedir a construção de modelos precisos.

Conforme relatava o autor, na dificuldade que havia em criar um sistema, um dos respondentes citou sua destinação de tempo para entender melhor o programa validador da EFD-Contribuições.

Quanto aos artigos, o que se consegue ver com mais frequência são os artigos que, de uma maneira menos formal, ensinam como se deve informar os dados na declaração, encontra-se também aqueles artigos que tentam orientar quanto aos detalhes da EFD-Contribuições, para não acabar caindo em alguma possível armadilha e tem ainda alguns artigos que fazem crítica a EFD-Contribuições.

A leitura e interpretação da lei foi uma das atitudes tomadas por 33% dos entrevistados, esse não é um dos processos mais fácil, pois decifrar o conteúdo das leis, pode ser confuso e desestimulante.

Para Motta (2009), para interpretar uma lei é preciso compreender como ela foi escrita, pois ler é diferente de interpretar. O mesmo autor ensina que se estabelecidos alguns parâmetros de técnicas de redação e interpretação legislativa, o leitor terá uma menor dificuldade de interpretação.

Para aprimorar o conhecimento, 20% dos contadores investiu em seminários e cursos de capacitação. Pode-se considerar que esses métodos são uma forma mais prática de adquirir conhecimento de uma forma mais rápida e também eficaz.

O seminário transmite, através de seus palestrantes, o conhecimento adquirido pelos mesmos através de estudos e pesquisas, também sendo possível aos seus ouvintes que formulem questões a fim dos esclarecimentos de suas dúvidas.

4.3.4 Valorização profissional

O profissional contábil é fundamental desde o processo de criação de uma empresa, esse profissional que já era de extrema importância, tornou-se ainda mais indispensável após o Projeto SPED. Mas muitos ainda não tiveram a devida valorização, como se pode ver no gráfico a seguir:

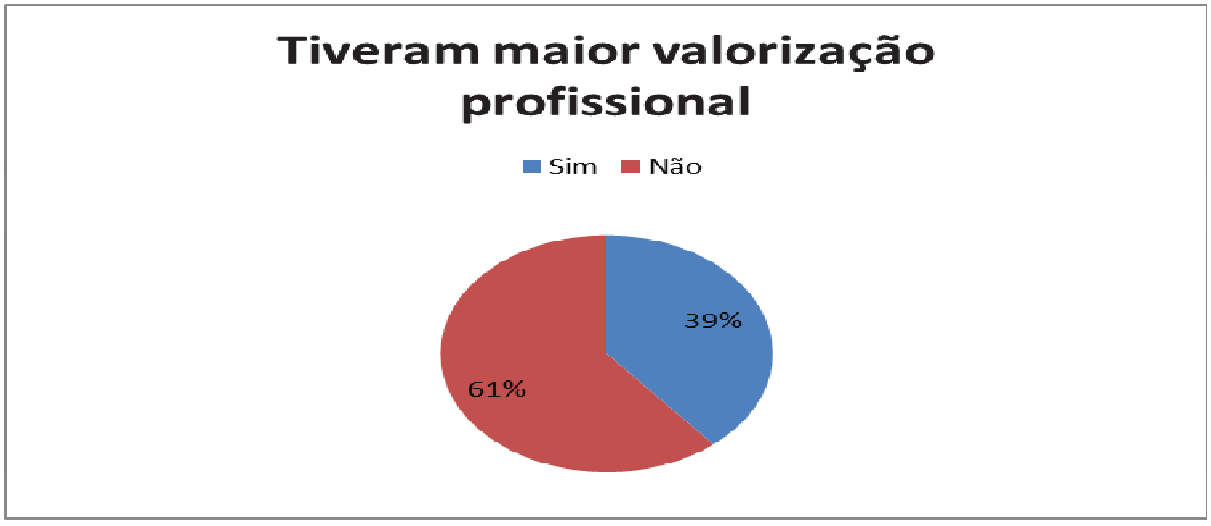

Gráfico 19: Tiveram maior valorização profissional

Fonte: Autora

Como mostra o gráfico, 61% dos contadores respondentes, mesmo depois do Projeto SPED, não perceberam uma maior valorização profissional. Então, o trabalho aumenta, torna-se mais exigido, o contador é tão responsável quanto a empresa e acaba por não ganhar nada a mais por isso.

Essa questão torna-se delicada, uma vez que muitos contadores não valorizam a si próprios. Não é incomum, que as empresas destinem um trabalho que deveria ser seu, para seu contador. E o contador aceita, na maioria das vezes sem cobrar nada por isso.

Com tantas mudanças ocorrendo, os profissionais devem deixar seus clientes cientes de todas as mudanças, que seus clientes saibam, o que ele contador, está tendo de fazer para lhes prestar um serviço com qualidade, é importante o diálogo constante entre contador e empresário, só assim para que se tenha o reconhecimento que se espera.

A partir da análise da questão, percebendo que grande parte não notou terem melhor valorização, surgiu a dúvida a qual não foi questionado aos respondentes: os clientes obrigados a EFD-Contribuições, sabem o que é a EFD-Contribuições e sabem dessa obrigatoriedade para sua empresa?

O que se espera é que o profissional reconheça seu devido valor, analise todo o seu serviço, investimento para estar atualizado, aumento de colaboradores, entre outros e repasse ao cliente, ele também precisa saber de tudo isso, da mesma forma como o contador precisa saber das movimentações da empresa para que possa desenvolver um serviço mais eficiente.

Os contadores tem uma expectativa para que com o aumento das obrigações e essas obrigações, abrangendo cada vez mais empresas, essa situação possa mudar.

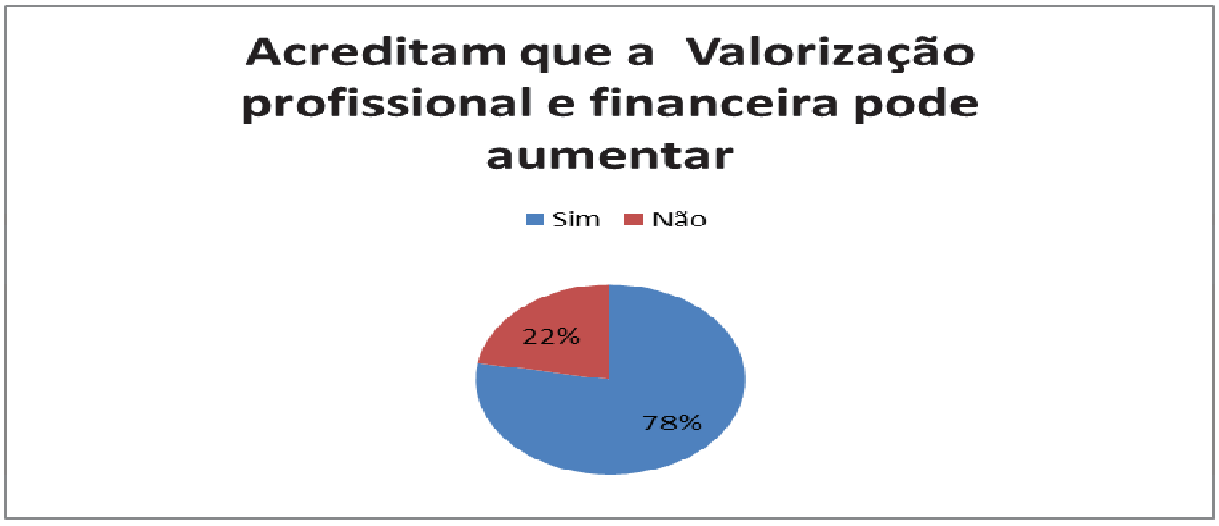

Gráfico 20: Acreditam que a valorização profissional e financeira pode aumentar

Fonte: Autora

Conforme o gráfico, 78% dos profissionais acreditam que sua valorização profissional e financeira podem aumentar.

Muitos autores já defendem essa ideia, mas isso deve partir do próprio contador, mudar sua forma de trabalho junto à empresa, em vez de assumir as responsabilidades que não são suas, colocar-se a disposição para auxiliar nas dificuldades que a empresa apresenta e cobrar por isso.

Para Zanluca (2013), "quem não cobrar adequadamente pelos serviços prestados, estará fadado à mediocridade financeira e qualitativa de seu escritório".

Para conscientizar a sociedade do papel efetivo do profissional contábil, foi lançada no dia 18 de março de 2013 a campanha de valorização da classe contábil "2013: Ano da Contabilidade no Brasil". Um dos objetivos é posicionar os contadores como formadores de opinião e ter o reconhecimento do fato que agregam, o contador faz muito além do que parece. (BOTTURA, 2013).

Silva (2013), também destaca a luta das classes pela valorização, especialmente pela busca da remuneração justa, que recompense todos os esforços aplicados, tanto na formação profissional quanto no dia-a-dia.

O contador deve manter-se atualizado, para desta forma prestar um serviço de qualidade e com um preço justo, o cliente que preza pela qualidade e conhece o serviço não vai se importar em pagar mais. Vários autores ainda defendem que se o cliente não quer qualidade não merece ser seu cliente.

4.4 IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CONTADORES DE CARAZINHO

Este item irá responder ao objetivo proposto. Para expor os resultados, os mesmos serão separados em dois grupos: impactos positivos e impactos negativos.

4.4.1 Impactos Positivos

4.4.1.1 As Empresas Mudaram seu Comportamento

Com a obrigatoriedade de entrega da EFD-Contribuições, as empresas tiveram a necessidade de mudar ou aprimorar a maneira de desenvolver suas atividades, a maneira de prestar informações sofreu um aumento no grau de exigências, isso é positivo, pois ao que se percebe, a partir dessas mudanças aumenta a precisão de informações. A empresa consegue também exigir maior precisão de seus fornecedores, afinal todas essas informações devem ser repassadas de maneira correta ao contador ou ao escritório de contabilidade.

4.4.1.2 Mudança na Forma de Trabalho

Como as principais informações são realizadas em tempo real, um sistema apropriado foi adotado pela maioria das empresas, dessa forma a quantidade de lançamentos passa a ser menor, uma vez que a importação de lançamentos é feita de uma maneira mais precisa, mudando o trabalho de lançamento pelo trabalho de conferência de dados, mantendo o contador mais perto da empresa, uma vez que os dados que estiverem de maneira incorreta são informados a empresa, que fará a correção, evitando dessa forma que o erro se repita.

O contador passa a ser mais necessário na empresa, que passa a não emitir mais informações errôneas, solicitando o auxílio do contador no momento em que surgem as dúvidas, dessa forma, o contador passa a ter a responsabilidade de transmitir a forma correta de se fazer as coisas. A partir disso, torna-se mais fácil a geração do arquivo a ser enviado.

4.4.1.3 Cursos de Capacitação

Todos os entrevistados disseram ter passado por cursos de capacitação, isso consegue mostrar a necessidade pela atualização, também a dificuldade encontrada com as constantes mudanças, a complexidade das leis e a forma rápida com que se modifica e se criam novas

leis. O contador quer e precisa se manter atualizado e isso é o que tem se ressaltado com maior frequência nos artigos e livros estudados durante essa pesquisa.

Os contadores também estendem esses cursos a seus auxiliares, citado pela rapidez com que todos os processos acontecem, pode-se entender que os mesmos não teriam tempo suficiente para repassar as informações adquiridas aos auxiliares, também pode-se entender que a troca de informações entre contador e auxiliares possa ser válida em alguma situação em que ocorra dúvida no procedimento correto que se tenha de seguir.

O contador e seus auxiliares são uma equipe, que quanto mais bem informada, maior competitividade terá no mercado, com a equipe capacitada o contador terá mais tempo para destinar a empresa, afim de solucionar outros problemas possíveis.

4.4.1.4 Maior Possibilidade de Importação de Dados

Conforme as empresas vão encaminhando suas mudanças, se utilizando de sistemas de informação com capacidade de geração de dados dentro da empresa, a possibilidade da importação de dados aumenta, diminuindo o trabalho do contador ou do escritório de contabilidade, os mesmos passam a dispor de mais tempo para trabalhar legislação e configuração em vez de lançamentos.

As empresas que se empenham em facilitar esse trabalho, reconhecem a importância que essas atitudes trazem, pois sabem que também estarão à frente, reconhecem o trabalho do contador e as mudanças pelas quais o cenário fiscal está passando, sabe que não está facilitando a vida do contador, mas estão se tornando aliados na busca em achar soluções lícitas para pagar menos impostos.

4.4.1.5 Maior Controle de Procedimentos Internos

Esse, sem dúvida é um dos maiores impactos percebidos através dessa pesquisa. As empresas passaram a ter uma preocupação maior com relação aos seus procedimentos internos, afinal, nada mais se esconde, tudo é feito em tempo real, o governo possui todas as informações sobre as movimentações da empresa.

Com a Nota Fiscal Eletrônica, já não se pode omitir a compra ou venda de qualquer que seja a mercadoria, o governo sabe de onde saiu, pra onde foi, quanto custou, enfim, tudo. O controle a partir da EFD-Contribuições é preciso, pois pode ser unicamente com a finalidade de evitar a sonegação, mas o governo possui a informação produto por produto.

Se a empresa não tiver conhecimento de tudo o que está acontecendo, ficará sujeita a pagar mais impostos ou até mesmo a ser multada e esse é um problema que assusta os empresários, afinal, os impostos já tomam boa parte de seu lucro.

Da mesma forma, as empresas almejam sempre o crescimento e para crescer no mercado e ter competitividade é necessário que se tenha um controle de todos os processos da empresa. Um bom controle de fornecedores e clientes, de contas a pagar e a receber e um planejamento tributário são indispensáveis nos dias de hoje.

4.4.1.6 Aumento da Valorização Futura

Visto pelas mudanças que estão ocorrendo, aos poucos os contadores vão reconhecendo que sua valorização está aumentando. Mesmo que alguns ainda não tenham percebido ainda essa valorização, acreditam que esta virá.

As empresas vão precisar cada vez mais desse profissional, pois aos poucos, as obrigações que no momento são apenas das empresas de lucro real e presumido, atingirão também as empresas optantes pelo simples nacional, enquanto isso o Projeto SPED, vai tornando obrigatório novos subprojetos.

Com isso, cabe ao profissional colocar valor ao seu trabalho, pois as empresas sentirão a necessidade de serem amparadas por um contador que além de confiança, lhe repasse informações precisas e corretas e se o profissional estiver preparado para satisfazer essas necessidades, receberá o devido valor profissional e material.

4.4.1.7 Nenhuma Empresa Alterou sua Forma de Tributação

As empresas optaram por se adequarem as mudanças que vem ocorrendo e não poderia ser diferente, em breve o Projeto SPED irá abranger a todos, essa é a hora para começar a se habituar com tudo o que ainda vem pela frente.

Dentre os vários subprojetos, o governo está tornando obrigatório um a um e aos poucos atingindo cada vez mais as empresas, as de lucro real são as primeiras a serem obrigadas, mas como se pode ver, as de lucro presumido já estão sendo as próximas e não demora, a obrigatoriedade vai chegar as empresas do simples nacional.

Muitas empresas ainda não estão preparadas e é exatamente por esse motivo que o governo tem implantado os subprojetos por classes, é importante que o contador comece a indicar os caminhos para que o impacto da obrigatoriedade possa ser visto de maneira positiva.

Esse impacto foi analisado como positivo, pois tanto contador como empresa, estão dando um passo a frente, visto que não optaram por mudar a forma de tributação, fugindo das mudanças, estão acompanhando o crescimento e o desenvolvimento, buscando as melhores soluções dentro das maneiras possíveis.

4.4.2 Impactos Negativos

4.4.2.1 Entregar a Contabilidade de Algumas Empresas

Esse fator atingiu 60% dos contadores entrevistados, que por algum motivo não se sentiram capacitados para continuar dando acessoria a essas empresas.

A expectativa que se tinha, era que esse percentual fosse menor, dessa forma não foram colocadas no questionário perguntas específicas do porque que isso ocorreu, cabe então supor alguns motivos, baseado nas respostas de outras questões.

O que se analisou é que algumas empresas ainda sonegam informações de seus contadores, isso gera uma imprecisão, pois o contador também é responsável pelas

informações transmitidas ao governo, então seria menos impactante para o contador, entregar a contabilidade do que compartilhar os erros e omissões da empresa.

Também se pode ver um aumento no trabalho realizado pelos contadores, com mais trabalho e sujeito à multas caso não entregar nos prazos corretos, os contadores podem ter tido de optar pelas empresas as quais prestaria seus serviços. A falta de tempo não se dá somente pelo aumento de trabalho, mas também porque tiveram de dedicar tempo para estudar as novas regras, participar de cursos, etc.

Enfim, para não prestar um trabalho equivocado e também temendo a punição por não entrega, entrega sem informações ou erradas, o contador viu-se na necessidade de entregar algumas contabilidades.

4.4.2.2 Mudança na Forma de Trabalho

Esse impacto possui também um lado negativo, pois se a forma de trabalho mudou, o contador não deixou de fazer o seu trabalho, pode economizar tempo em lançamentos, mas precisa dedicar tempo em se atualizar, para dessa forma poder passar informações com precisão.

Não se destina ao contador o devido reconhecimento, no fato em que o mesmo deve estar sempre correndo atrás das informações, os clientes recorrem ao contador para resolver qualquer dúvida que surge, mas os empresários não reconhecem esse fator como prestação de serviços e o contador não recebe nada a mais por isso.

Se analisar tudo isso, pode-se ver que na verdade o trabalho do contador não diminuiu, pelo contrário, aumentou.

4.4.2.3 Limitações por Parte dos Empresários

Considerando que a EFD-Contribuições é uma declaração com a exigência de dados precisos, o trabalho do contador torna-se mais difícil, pois se ele não quiser mandar uma declaração com erros, além de todo empenho na busca por atualizações, ainda tem de convencer os empresários da maneira como se faz necessário possuir todos os dados.

Já não se pode também criar informações sem que se tenha um sistema apropriado dentro da empresa e pessoas capacitadas para manusear esse sistema, que tenham conhecimento necessário para gerar informações corretas, mais um desafio para o contador, alguns empresários não reconhecem a necessidade de se ter um profissional com essas competências.

Ainda acontecem casos em que os empresários repassam as obrigações que são da empresa para os contadores, na maioria das vezes por não possuírem dentro da empresa o sistema necessário e o colaborador capacitado a desenvolver tal tarefa.

Cabe ao contador esclarecer aos empresários todos os procedimentos desenvolvidos por ele todos os meses, colocar-se a disposição para auxiliar, mas não para desenvolver o trabalho da empresa.

4.4.2.4 Aumento da Probabilidade de Multas

Para os contadores, a probabilidade de multas é um dos impactos que o rodeiam mais de perto. Tratando-se de SPED, são várias declarações exigidas, cada uma com um prazo diferente, o contador precisa ter um controle rigoroso para não esquecer nenhuma das obrigações.

O contador deverá arcar com o valor das multas caso isso vier a acontecer, um dos entrevistados citou ter se confundido com o prazo de entrega da EFD-Contribuições, entregando a mesma em atraso, arcando com as multas obtidas.

4.4.2.5 Aumento do Trabalho do Contador

O aumento do trabalho torna-se visível, uma vez que o contador deixa de ser a figura que somente faz lançamentos, envia declarações, calcula e emite guias, etc.

O contador assume a função de estudante, no momento em que se dedica a estudar a legislação e ir em busca de conhecimento e soluções para problemas diversos. É responsável pela sua equipe de trabalho, ensinando e repassando informações que não pode vir tardiamente.

Além disso, tornou-se orientador de seus clientes, em diversos assuntos, não somente em relação a gerar informações corretas para se colocar em uma declaração, ajuda gerando relatórios demonstrativos, fazendo análise de mercado e planejamentos tributários.

Com relação a todos esses fatores foi ressaltado ainda, que o trabalho do contador só aumenta, os clientes não percebem e só quem ganha com tudo isso é o governo.

4.4.2.6 Maior Carga Tributária

Segundo os contadores o governo não deixa dúvidas de seu interesse, cobrar mais impostos, apenas usado de outra maneira, evitar a sonegação.

O fato é que por enquanto ainda não se sabe direito onde isso vai dar, serão cobrados realmente os que sonegam ou tentam sonegar? E os possíveis enganos que possam estar ocorrendo, terão que tipo de tratamento?

O fator da carga tributária foi identificado principalmente pelos contadores internos, enxergando que as empresas já estão pagando valores mais elevados a partir da EFD-Contribuições, como essas respostas vieram das questões subjetivas, não se pode afirmar que os contadores que trabalham externamente não tenham percebido também esse fator.

4.4.2.7 Aumento da Responsabilidade do Contador

Já faz algum tempo que o contador responde solidariamente com a empresa por todos os fatos relacionados com a contabilidade da empresa. A partir da EFD-Contribuições os contadores sentiram que essa responsabilidade aumentou e continua aumentando à medida em que as obrigações vão aumentando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo geral identificar os principais impactos percebidos pelos contadores de Carazinho após a obrigatoriedade da EFD-Contribuições. Atingir esse objetivo foi bastante embaraçoso, uma vez que a EFD-Contribuições é um subprojeto do SPED e em algumas vezes acabam se confundindo.

Algumas questões analisadas não deixaram um esclarecimento preciso se ocorreram após a obrigatoriedade da EFD-Contribuições ou após a implantação do projeto SPED, o que é o caso, por exemplo, da implantação de sistemas mais modernos, capazes de fornecer maior suporte para gerar informações.

Houve uma dificuldade em conseguir os dados dos contadores para envio dos questionários, foi solicitado a delegacia regional do CRC, a qual nos informou que não poderia repassar essa informação, também quanto ao número de contadores registrados não foi possível obter informação precisa, sendo a mesma retirada de uma revista do CRC de 2011.

As análises realizadas possibilitaram a identificação da necessidade de uma relação mais estreita entre empresa e contador, pois algumas empresas ainda acreditam que as responsabilidades são todas do contador. Foi identificado também a necessidade das organizações atentarem aos processos de controles internos e a complexidade cada vez maior das informações exigidas, além do aperfeiçoamento contínuo de seus colaboradores.

Foi possível identificar também o empenho dos profissionais no que diz respeito à busca por informações mais precisas, participação em cursos, estudo de livros, artigos e interpretação da lei. Mesmo com todo empenho, os contadores ainda temem estarem expostos aos erros cometidos por seus clientes.

Para isso cabe destacar que “o contrato de prestação de serviços de contabilidade é sinônimo de segurança e tranquilidade tanto para os contabilistas quanto para seus clientes.” (SILVA, 2003).

Os contadores perceberam mudança na forma de trabalho, fizeram investimentos em sistemas, contrataram mais auxiliares e capacitaram os que tinham, porém, apenas 39% dos profissionais notaram uma maior valorização pelo seu trabalho.

Ainda com relação a valorização, 78% dos profissionais acreditam que isso possa melhorar, afinal há uma necessidade de constante atualização profissional, as mudanças estão ocorrendo de forma rápida e as empresas terão cada vez mais a necessidade de ter um bom profissional para orientá-las em todas as operações, evitando a preocupação com futuros passivos.

A este modo, pode-se concluir que apesar da profissão contábil estar passando por um período conturbado e envolvendo inúmeras mudanças, o SPED é um projeto que contribui para a valorização e o fortalecimento da profissão contábil.

A conclusão que se tira dos impactos, é que a partir de identificados, possa se ir em busca de aprimorar os positivos e buscar soluções que possam reverter os impactos negativos ou pelo menos amenizá-los.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Tereza Cristina D. A. **Nova Perspectiva do Profissional Contábil.** Disponível em: <http://www.criartecomunica.com.br/base/downloads/1243121265.pdf>. Acesso em: 24 maio 2013.

BOTTURA. Renata. **A Valorização do Contador.** Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=1155>. Acesso em: 31 outubro 2013.

BRASIL. **Decreto 7.979, de 08 de abril de 2013.** Receita Federal. Disponível em: < http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislação/Decretos/2013/dec7979.htm>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL JR. Vicente. **Guia Prático do SPED:** Manual de Consulta Indispensável para os Operadores da Matéria Fiscal. 1. ed. São Paulo: ônixjur, 2011.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLLETTO, Armando Dal. **A Importância do Aperfeiçoamento Profissional.** Disponível em: <http://tools.folha.com.br/print?url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffolha%2Feducacao%2Fult305u17270.shtml&site=emcimadahora>. Acesso em: 24 outubro 2013.

DIEHL, Astor Antônio; PAIM, Denise Carvalho Tatim. **Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas.** Passo Fundo: Clio, 2002.

DUARTE, Roberto Dias**. PIS/COFINS: EFD Sem Fantasias**. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/5pxy/piscofins-efd-sem-fantasias-roberto-dias-duarte>. Acesso em: 29 outubro 2013.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal IV:** Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED. Belo Horizonte: Ideas@work, 2011.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III:** o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. 3. ed. Ideas@work, 2009.

FEDERAL, Receita. **Certificados Digitais: o que é? Para que serve? E-cac. Como obter?** Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Novidades/Informa/DestaqueCertificadoDigital.htm>. Acesso em: 01 maio 2013.

FEDERAL, Receita. **Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – EFD-Contribuições.** Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/download/guiapraticoefd_contribuicoes_versao_1.12.pdf>. Acesso em 07 maio 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Márcio. **As Armadilhas da "EFD-Contribuições".** Disponível em: <http://www.unione.com.br/artigos/imprensa/288-as-armadilhas-da-efd-contribuicoes.html.> Acesso em: 30 outubro 2013.

JÚNIOR, Carlos Alberto R.O. **A Contabilidade como profissão do futuro.** Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/artigos/ver/2274>. Acesso em: 24 maio 2013.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc. **O Perfil do Profissional Contábil.** Disponível em: <http://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social17.pdf>. Acesso em: 24 maio 2013.

LIMIRIO, Aline Garcia Silva. **A evolução do profissional contábil.** Disponível em: <http://anhanguera.edu.br/home/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=280&Itemid=1>. Acesso em: 24 maio 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NF-e, Portal da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>. Acesso em: 05.05.2013.

MOTTA, Sylvio. **Para entender a lei é preciso saber como ela foi escrita.** Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2009-jun-12/interpretar-lei-imprescindivel-compreender-ela-foi-escrita. Acesso em>: 30 outubro 2013.

NASCIMENTO, Geuma C. **SPED:** Sistema Público de Escrituração Digital sem Armadilhas. 1. ed. Trevisan, 2013.

OLIVEIRA, Antônio Sérgio de. **SPED** no escritório contábil. Manual do Contador. São Paulo: Ônixjur, 2011.

PRADO, Dora. **Empresário e Contador: Uma Via de Mão Dupla**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/administracao-e-negocios/empresario-e-contador-uma-via-de-mao-dupla/26039/>. Acesso em: 28 outubro 2013.

RICHARDSON, Roberto. J. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. 3. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SASSO, Alexandra; ROSA, Ivana Carla da; BARBOSA, Alberto**. O SPED e seus reflexos na profissão contábil.** Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo.pdf>. Acesso em 14 abr. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estela M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, Gilmar Duarte da. **A descoberta do sonho coletivo dos empresários contábeis.** Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/1225/a-descoberta-do-sonho-coletivo-dos-empresarios-contabeis>. Acesso em: 24 maio 2013.

SILVA, Dorgival Benjoino da; BUZZIN, Cesar Roberto; BATISTA, Anelise Aparecida Petry; COSTA, Felismar de Oliveira. **Contrato de Prestação de Serviços de Contabilidade.** Disponível em: <http://www.crcmg.org.br/arquivos/destaques/contrato.pdf>. Acesso em: 28 outubro 2013.

SPED, Sítio. **Sistema Público de Escrituração Digital.** Disponível em: **<**http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/default.htm>. Acesso em: 25 maio 2013.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.** Curitiba: Juruá, 2009.

ZANLUCA. Júlio César**. Empresário:** Cobre adequadamente pelos seus serviços! Disponível em: <http://www.portaldosped.com.br/pagina/escritosrio-contabil>. Acesso em: 31 outubro 2013.

APÊNDICE

APÊNCICE A – QUESTIONÁRIO PESQUISA EFD-CONTRIBUIÇÕES

UPF	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO PESQUISA EFD-CONTRIBUIÇÕES

Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, e tem por finalidade avaliar os impactos percebidos pelos contadores a partir da obrigatoriedade da EFD-Contribuições.

"Sua participação é essencial para que se possa obter um resultado com mais precisão e qualidade, cabe ressaltar que não serão divulgados dados relativos à sua pessoa, mas somente números totalizados e generalizados através de gráficos e tabelas".

1. Há quanto tempo você atua na área de Contábil?
( ) mais de 2 anos
( ) mais de 5 anos
( ) mais de 10 anos
( ) mais de 15 anos

2. Sua atuação é em:
( )escritório contábil
( )na contabilidade interna de uma empresa

3. Se sua atuação for em um escritório, quantas empresas de sua responsabilidade estão obrigadas a entrega da EFD-Contribuições?

( ) 0 a 10 ( ) 11 a 20

( ) 21 a 30 ( ) mais de 30

4. Você enquanto contador entregou a contabilidade de alguma empresa, após a obrigatoriedade da EFD-Contribuições?

( ) Sim ( ) Não

5. Você enquanto contador observou mudanças no comportamento dos empresários após obrigatoriedade da EFD-Contribuições?

( ) Sim ( ) Não

6.. Se você respondeu sim na questão anterior, estas mudanças seriam: pode responder mais de uma.

( ) maior controle

( ) maior preocupação com as informações contábeis e fiscais

( ) maior rigor fiscal

( ) alteração da forma de tributação

( ) Outras: Quais: _____

7. Você enquanto contador observou/observa que algum cliente ou no caso de contabilidade interna algum superior ofereceu/oferece resistência às mudanças?

( ) Sim ( ) Não

8. Se você respondeu sim na pergunta anterior, quais as principais resistências?

_____
_____
_____
_____

9. Você como contador observou mudanças na sua forma de trabalho?

( ) Sim ( ) Não

10. Se você respondeu sim na questão anterior, estas mudanças seriam: pode responder mais de uma:

( ) aumento no número de lançamentos

( ) maior exigência de educação continuada

( ) maior rigor na preparação dos lançamentos e demonstrações contábeis

( ) maior necessidade de informática

( ) aumento de auxiliares

( ) redução dos prazos

11. Foi preciso investir em um sistema que lhe fornecesse um melhor suporte para gerar as informações necessárias?

( ) Sim ( ) Não

12. Você avalia que seus clientes ou a empresa em que você atua precisa melhorar o nível de capacitação de seus colaboradores que atuam na área fiscal?

( ) Sim ( ) Não

13. Você acredita que o investimento em curso de capacitação para o contador e auxiliares é válido?

( ) Sim ( ) Não

Por que? _____

14. Para as empresas que se adequaram desde o início do Projeto SPED, a geração de informações para a EFD-Contribuições foi mais fácil?

( ) Sim ( ) Não

15. Quais resistências ainda são encontradas em relação aos empresários? Pode responder mais de uma.

( ) Investimento em um sistema apropriado

( ) Deixar de fornecer dados necessários

( ) Não contratação de colaboradores capacitados

( ) Empresários que acreditam que a responsabilidade é somente do contador

( ) Outras: Quais? _____

16. Deixou de entregar ou entregou em branco alguma declaração por falta de informações?

( ) Sim ( ) Não

17. Você teme que os contadores acabem sendo responsabilizados por irregularidades cometidas pelos seus clientes ou superiores (no caso de contadores internos)?

( ) Sim ( ) Não

18. Acha que isso é correto (questão 17):

( ) Sim ( ) Não

19. Você enquanto contador destinou tempo para um melhor conhecimento e interpretação das exigências em relação a EFD-Contribuições?

( ) Sim ( ) Não

20. Se a resposta for positiva, quais foram suas principais atitudes:

( ) Leitura e interpretação da Lei

( ) Seminários e Cursos de Capacitação

( ) Livros e Artigos

( ) Outros: Quais? _____

21. Você contador, teve uma melhor valorização profissional após o SPED?

( ) Sim ( ) Não

22. Você, como contador, tendo em vista que as obrigações fiscais estão aumentando e abrangendo cada vez mais empresas, acredita que a valorização profissional e financeira possa aumentar?

( ) Sim ( ) Não

23. Quais os principais impactos positivos da EFD-Contribuições, observados até o momento?

_____
_____
_____

24. Quais os principais impactos negativos da EFD-Contribuições, observados até o momento?

_____
_____
_____